



AZ@BXL

Número: 250 Data: 2022.11.25

No título: [Circuito Interpretativo - Caminho de Baleeiros, ilha do Faial](#)

Nota: O circuito começa e termina no parque de estacionamento do Centro de Interpretação do Vulcão dos Capelinhos, estando inserido no Monumento Natural do Vulcão dos Capelinhos. Ao longo deste percurso, pode experimentar as sensações de viver numa época em que a baleação era um dos recursos económicos mais importantes para a ilha do Faial.

Este circuito retrata a importância do antigo Porto do Comprido, uma das maiores e mais produtivas estações baleeiras dos Açores até 1957, altura em que o Vulcão dos Capelinhos iniciou a sua atividade. O circuito tem 3,8 quilómetros de comprimento, uma duração aproximada de uma hora e trinta minutos e é de baixa dificuldade.

No P1, pode observar o antigo Porto Baleeiro do Comprido, a maior e mais produtiva estação baleeira dos Açores até setembro de 1957. Um pouco mais à frente, no P2, encontra a Casa dos Botes, onde os baleeiros se juntavam muitas vezes para comer ou realizar outras atividades de convívio quando não estavam na caça. No seu interior, pode ver a exposição alusiva à caça da baleia. Seguindo ao longo da estrada principal, chega ao P3, onde pode observar as ruínas da antiga Aldeia Baleeira. Ao aproximar-se do P4, encontra uma eira, expressão que remonta ao século XVI e dava nome aos terreiros circulares, junto às casas, onde eram recolhidos os cereais para secar, malhar ou limpar. Seguindo as marcações de trilho, chega ao P5, onde encontra os destroços da antiga Vigia Baleeira do Costado da Nau. Foi neste local que se avistaram as primeiras manifestações vulcânicas dos Capelinhos.

No final do circuito, pode aproveitar para visitar o Centro de Interpretação do Vulcão dos Capelinhos e saber mais sobre um dos fenómenos mais importantes da história dos Açores no século XX.

Créditos: [Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas](#)

Destaques



[Comissão Europeia lançou o ciclo do Semestre Europeu de 2023 para a coordenação das políticas económicas](#)

[Política de coesão: Conselho aprova conclusões](#)

[Crise energética: Conselho chega a acordo sobre aquisições conjuntas de gás e mecanismo de solidariedade](#)

[116 016: Criado número europeu de assistência a mulheres vítimas de violência](#)

[Lançamento do convite à apresentação de propostas Erasmus+ de 2023: 4,2 mil milhões de euros de apoio](#)

[Programa LIFE: 380 milhões de euros para 168 novos projetos ecológicos em toda a Europa](#)

[Corpo Europeu de Solidariedade: mais de 142 milhões de euros para ajudar as pessoas mais necessitadas](#)

[Lançado programa de estudo “#EUinMyRegionMediaTrips” direcionado aos jornalistas locais e regionais](#)

[Tribunal de Contas Europeu: Coordenação insuficiente reduz impacto do financiamento da investigação e inovação da UE](#)



28 de novembro



Conselho (Negócios Estrangeiros)

Haverá uma troca de pontos de vista sobre as respostas da Equipa Europa a situações de crise, nomeadamente no Afeganistão e na Ucrânia. Por outro lado, dar-se-á seguimento aos trabalhos relativos à Cimeira UE-União Africana. Todos os detalhes da reunião poderão ser consultados [aqui](#).

28 e 29 de novembro



Conselho (Educação, Juventude, Cultura e Desporto)

Os ministros dos Estados-Membros responsáveis pela educação, juventude, cultura e desporto [reunir-se-ão](#) em Bruxelas, onde procederão a debates sobre os seguintes assuntos: Espaço Europeu da Educação em tempos de guerra – agressão da Rússia contra a Ucrânia; Ano Europeu da Juventude de 2022; solidariedade para com o setor cultural ucraniano; o modo de transformar as recentes crises (a pandemia de COVID-19, a agressão russa, o aumento dos preços da energia) numa oportunidade para o desenvolvimento do desporto.

Os ministros da Educação deverão também adotar uma recomendação do Conselho sobre os percursos para o sucesso escolar, que tem por objetivo reduzir o abandono precoce do ensino e da formação e o subdesempenho em competências básicas. Nas

conclusões do Conselho sobre o bem-estar na educação digital, analisar-se-á a forma como o potencial dos aprendentes pode ser maximizado em ambientes de aprendizagem digital. A promoção de uma dimensão intergeracional no domínio da juventude fará parte da ordem do dia dos ministros da Juventude, ao passo que os ministros da Cultura tencionam aprovar o Plano de Trabalho da UE para a Cultura 2023-2026.

Os ministros do Desporto pretendem aprovar conclusões sobre infraestruturas desportivas sustentáveis e acessíveis. A Presidência apresentará um relatório intercalar sobre a situação dos trabalhos no Conselho no que respeita à proposta de regulamento "Liberdade dos Meios de Comunicação Social".

30 de novembro a 1 de dezembro



152ª Reunião Plenária do Comité das Regiões Europeu

A reunião contará com um debate sobre a segurança alimentar na União Europeia e no mundo. Haverá ainda, entre outros, um debate sobre a [Carta para a Juventude e Democracia](#), ou sobre a revisão do atual sistema de indicações geográficas. A agenda semanal poderá ser consultada [aqui](#) e poderá também acompanhar a reunião em linha [aqui](#).

Até 1 de dezembro



Saúde e segurança no trabalho — proteção dos trabalhadores contra a exposição ao amianto

Esta iniciativa [visa](#) melhorar a saúde e a segurança dos trabalhadores, graças à revisão da Diretiva 2009/148/CE relativa à proteção dos trabalhadores contra os riscos de exposição ao amianto durante o trabalho. A atualização tem em conta os mais recentes progressos científicos e técnicos. O período de apresentação de comentários será encerrado a 1 de dezembro de 2022.



Conselho (Competitividade) sobre Mercado Interno e Indústria

Os ministros responsáveis pelo Mercado Interno e pela Indústria [reunir-se-ão](#) em Bruxelas. Entre outras atividades, procurarão adotar uma posição do Conselho sobre o Regulamento Circuitos Integrados e o Regulamento relativo à proteção das indicações geográficas de produtos industriais e artesanais. O regulamento relativo à conceção ecológica dos produtos sustentáveis e a diretiva relativa à capacitação dos consumidores para a transição ecológica também estão na ordem do dia.

2 de dezembro



Conselho (Competitividade) sobre Investigação e Espaço

Os ministros responsáveis pela Investigação [deverão](#) adotar conclusões sobre as infraestruturas de investigação e sobre a Nova Agenda Europeia de Inovação, e procurarão adotar uma recomendação do Conselho sobre a valorização dos conhecimentos. Debaterão ainda o tema "A ciência como instrumento que facilita a elaboração de políticas nos Estados-Membros". Os ministros responsáveis pelo Espaço debaterão a exploração dos dados da UE obtidos por satélite.

5 de dezembro



Dia Mundial dos Solos

No dia 5 de dezembro celebra-se o [Dia Mundial dos Solos das Nações Unidas](#). A temática deste ano, "Solos, onde os alimentos começam" destaca o valor dos solos para a produção de alimentos, melhor nutrição, e dietas saudáveis.

Os solos são compostos por organismos, minerais e matéria orgânica que fornecem alimentos aos seres humanos e animais através do crescimento das plantas. Segundo as Nações Unidas «tal como nós, os solos precisam de uma alimentação equilibrada e variada de nutrientes em quantidades adequadas para serem saudáveis. Quando as culturas são colhidas, os nutrientes são removidos do solo. Os solos deficitários em nutrientes produzem plantas subnutridas, causando fome a mais de 2 mil milhões de pessoas em todo o mundo.».



Pescas e aquicultura na UE: transição energética

Esta [iniciativa](#) estabelece uma estratégia para a transição energética do setor das pescas e da aquicultura da UE. O setor depende fortemente dos combustíveis fósseis, o que compromete a sua sustentabilidade social, económica e ambiental a longo prazo, bem como a sua resiliência, e contribui para as alterações climáticas.

O objetivo da estratégia é incentivar o setor a acelerar a sua transição energética, começando a abandonar os combustíveis fósseis, em consonância com os objetivos do Pacto Ecológico Europeu em matéria de neutralidade climática, biodiversidade e eficiência dos recursos. O convite para apresentação de informações encerra a 5 de dezembro.

Até 6 de dezembro



Bem-estar animal — controlo de veículos de transporte de animais (regras atualizadas)

Esta iniciativa [estabelece](#) requisitos específicos para que os países da UE efetuem controlos oficiais a fim de assegurar que os veículos de transporte de animais cumprem as regras em matéria de bem-estar animal. Os comentários serão tidos em conta na finalização da iniciativa, que resultará na adoção dum regulamento delegado.



Bem-estar dos animais - Disposições práticas para o registo dos controlos do bem-estar dos animais nos navios de transporte de gado

Este regulamento [estabelece](#) disposições práticas para o registo dos controlos oficiais de navios de transporte de gado efetuados pelos Estados-Membros para avaliar o cumprimento das regras de bem-estar dos animais, utilizando uma base de dados partilhada existente. A Comissão Europeia agendou a adoção do regulamento de execução para o final do ano.



Mecanismo de Recuperação e Resiliência (2020-2024) — avaliação intercalar

O Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR) é o principal instrumento de que a UE dispõe para atenuar o impacto económico e social da pandemia de COVID-19. A avaliação intercalar, que [decorrerá](#) a meio do período de implementação do Regulamento MRR, examinará, especificamente, a eficácia, a eficiência, a coerência e a pertinência dos progressos realizados na consecução dos seus objetivos e determinará em que medida gerou valor acrescentado para a UE. Esta iniciativa decorre de uma obrigação jurídica prevista no artigo 32.º do Regulamento MRR.

Até 7 de dezembro



Viajar — melhor proteção dos passageiros e dos seus direitos

Uma mobilidade justa também significa a proteção dos passageiros e dos seus direitos, como salientado na Estratégia de Mobilidade Sustentável e Inteligente da Comissão. A Comissão irá rever o quadro regulamentar em matéria de direitos de passageiros, incluindo para assegurar a sua resiliência a grandes perturbações nas viagens, e incluindo opções para bilhetes multimodais.

Avaliará as opções e proporá, se for caso disso, um regime de proteção financeira adequado para proteger os passageiros contra o risco de crise de liquidez ou de insolvência relativamente ao reembolso de bilhetes e, se necessário, ao repatriamento. A proposta de regulamento que resultará desta iniciativa deverá ser publicada no segundo trimestre de 2023. Todas as partes interessadas deverão submeter os seus contributos [aqui](#).

8 e 9 de dezembro



Conferência “Perspetivas Agrícolas da UE 2022”

A [conferência EU Agricultural Outlook](#) é o evento anual de intercâmbio entre as partes interessadas sobre as perspetivas económicas agrícolas. Inclui a discussão do quadro político e considerações sobre as incertezas em torno da evolução do mercado nos próximos 10 anos.

Através de intervenções de altos representantes das instituições da UE e organizações internacionais, e de painéis de discussão, este evento orientado para o futuro reúne agricultores, peritos agroalimentares e outros atores rurais para discutir questões atuais, para além de examinar perspetivas a médio prazo para os mercados agrícolas, tendo como horizonte o ano de 2032.

Já [abriram as inscrições](#) para participar na Conferência, que serão encerradas às 25h59 (CET) do dia 7 de dezembro.

Até 9 de dezembro



Controlo da adequação da aplicação do princípio do poluidor-pagador

De acordo com o princípio do poluidor-pagador os custos decorrentes das medidas de prevenção, controlo e reparação dos danos causados pela poluição devem ser suportados pelos poluidores. O presente controlo da adequação permitirá avaliar a aplicação deste princípio na UE, nomeadamente a nível das políticas suscetíveis de ter um impacto ambiental. O controlo analisará a aplicação do princípio a nível dos Estados-Membros.

Os resultados obtidos servirão de base para as recomendações que deverão ser formuladas em 2024 sobre a melhor forma de aplicar este princípio. O convite à apresentação de informações [encerra](#) a 9 de dezembro.

13 de dezembro



Workshop Fusões Digitais

A Comissão realizará um [workshop](#) sobre fusões digitais no dia 13 de dezembro de 2022. O workshop será um fórum para discussões abertas sobre a [avaliação](#) de fusões na economia digital. Abordará a prática emergente de tomada de decisão e fomentará reflexões sobre as especificidades da análise de transações em mercados digitais.

As características particulares dos mercados digitais tendem a amplificar eventuais efeitos anticompetitivos das aquisições. Os fortes efeitos de rede, as vantagens geradas pelo acesso aos dados, os “riscos de tombamento” em favor de um único player ou o surgimento de ecossistemas digitais são aspectos importantes que requerem avaliação criteriosa na análise das transações.

O workshop reunirá especialistas em concorrência, académicos e representantes empresariais, podendo efetuar o seu registo [aqui](#), para participação presencial ou em linha.

Até 14 de dezembro



Ano Europeu das Competências 2023

A Comissão Europeia [abriu](#) um período para apresentação de comentários em relação à proposta de Decisão de tornar o ano de 2023 o ano europeu dedicado às competências. Está, assim, aberto período mínimo de 8 semanas para apresentar comentários sobre este ato. Todos os comentários recebidos serão coligidos pela Comissão Europeia e apresentados ao Parlamento Europeu e ao Conselho a fim de contribuir para o debate legislativo.

Até 15 de dezembro



Painel de Avaliação da Justiça na UE de 2023 - Comunicação

Os sistemas judiciais eficazes desempenham um papel essencial na aplicação da legislação da UE e na preservação do Estado de direito e dos valores nos quais a UE se alicerça.

O Painel de Avaliação da Justiça na UE, além de apresentar uma panorâmica anual dos indicadores relativos à eficácia dos sistemas judiciais, ou seja a sua eficiência, a sua qualidade e a sua independência, ajuda os Estados-Membros a melhorar a eficácia dos seus próprios sistemas judiciais. O carregamento das informações pelas partes interessadas deverá ser realizado [aqui](#).

Até 16 de dezembro



Conceção ecológica — Comissão Europeia vai examinar a necessidade de novas regras sobre o impacto ambiental da energia fotovoltaica

Dado o papel que os produtos fotovoltaicos deverão desempenhar na descarbonização do sistema energético da UE, é essencial que os produtos recém-instalados na UE sejam respeitadores do ambiente. Por conseguinte, a Comissão está a [avaliar](#) a necessidade de regulamentação para gerir os impactos ambientais dos produtos fotovoltaicos. O novo regulamento deverá ser adotado pela Comissão Europeia no segundo trimestre de 2023.



Etiquetagem energética — Comissão Europeia vai examinar a necessidade de novas regras sobre o impacto ambiental da energia fotovoltaica

Dado o papel previsto para os produtos fotovoltaicos na descarbonização do sistema energético da UE, é essencial que os produtos a instalar na UE sejam respeitadores do ambiente. Por conseguinte, a Comissão está a [avaliar](#) a necessidade de regulamentação para gerir os impactos ambientais dos produtos fotovoltaicos.

Até 21 de dezembro



Defesa do consumidor — reforço da cooperação em matéria de aplicação da legislação

A digitalização dos mercados de consumo e os novos modelos empresariais colocam novos desafios à aplicação da legislação da UE em matéria de defesa do consumidor. As autoridades de defesa do consumidor e a Comissão devem cooperar estreitamente para combater de forma eficaz as práticas comerciais além-fronteiras não conformes. É fundamental dar uma resposta flexível, desencorajante, eficaz em termos de custos e rápida, em especial se as infrações forem generalizadas ou afetarem setores inteiros.

A presente iniciativa introduz alterações específicas ao Regulamento relativo à cooperação no domínio da defesa do consumidor com vista a responder a estas questões. Todas as partes interessadas [poderão](#) contribuir para esta consulta pública ao carregarem os seus contributos até ao dia 21 de dezembro. A proposta de regulamento deverá ser adotada pela Comissão Europeia no primeiro semestre de 2023.



Jornalismo: candidaturas ao programa #EUinMyRegion Media Trips

É jornalista e trabalha numa região da UE? Gostaria de saber mais sobre a política de coesão, os fundos e as políticas da UE? Se assim for, está convidado a [candidatar-se](#) ao programa de estudo [#EUinMyRegion Media Trips](#). O convite está aberto a todos os jornalistas de âmbito local e regional até às 15h00 (hora dos Açores) de 21 de dezembro de 2022. O programa inclui sessões de formação à distância e uma visita de estudo a Bruxelas. Dará informações sobre as instituições da UE e respetivas estruturas e procedimentos, a política de coesão e a forma como a UE trata a fraude e a má gestão dos fundos.

A primeira visita de estudo a Bruxelas terá lugar em 2 e 3 de fevereiro de 2023. Serão organizadas duas outras visitas em março e abril. Prevê-se que cerca de 40 jornalistas participem em cada visita de estudo. A Comissão cobrirá as despesas de deslocação e alojamento decorrentes da participação no programa.



Cartão Europeu de Deficiência – Convite à apresentação de comentários

O cartão europeu de deficiência facilitará a livre circulação das pessoas com deficiência na UE. Com este cartão, a condição de deficiência reconhecida num país da UE também deverá ser reconhecida noutros países, dando ao titular acesso em condições preferenciais a certos serviços em toda a UE. Deverá basear-se no projeto-piloto do cartão europeu de deficiência (que abrange a cultura, o lazer, o desporto e os transportes) e aplicar-se a uma gama mais vasta de serviços. Poderá também incorporar o cartão de estacionamento da UE para pessoas com deficiência. Mais informações [aqui](#).

Até 6 de janeiro



Alteração do Regulamento QFP 2021-2027 para apoio à Ucrânia

Está aberto um [período de carregamento de comentários](#) em relação à proposta de alteração do Regulamento referente ao Quadro Financeiro Plurianual 2021/2027. Todos os comentários recebidos serão resumidos pela Comissão Europeia e apresentados ao Parlamento Europeu e ao Conselho a fim de contribuir para o debate legislativo. Os comentários recebidos serão publicados, pelo que devem respeitar as [regras aplicáveis a comentários e sugestões](#).

Até 9 de janeiro



Serviços turísticos — iniciativa de arrendamento de curta duração

Esta [iniciativa](#) tem por objetivo fomentar um crescimento responsável, justo e fiável dos arrendamentos a curto prazo como parte de um ecossistema turístico equilibrado. Visa igualmente assegurar condições de concorrência equitativas para todos os prestadores de serviços de alojamento e responder às muitas partes interessadas que pediram uma ação a nível da UE neste

domínio. A iniciativa implicará a oferta de soluções equilibradas para as cidades, os fornecedores e as plataformas de arrendamento de curta duração entre pares e profissionais, beneficiando, em particular, as pequenas e médias empresas. A proposta de regulamento será adotada em 2023.



Poluição da água – Regras da UE em matéria de tratamento de águas residuais urbanas (atualização)

Garantir que as águas residuais urbanas são limpas e seguras é fundamental para proteger a saúde pública e o ambiente. Esta componente essencial da política da UE no domínio da água é abrangida pela Diretiva Tratamento de Águas Residuais Urbanas.

Esta [iniciativa](#) procederá à revisão da diretiva após uma avaliação recente da mesma ter identificado algumas insuficiências e novas necessidades da sociedade, às quais deve ser dada resposta.



Qualidade do ar — revisão das regras da UE

O ar limpo é essencial para a saúde humana e ambiental. Para o efeito, a UE estabelece normas para evitar a acumulação de concentrações excessivas de poluição. No âmbito do Pacto Ecológico Europeu, a UE está a rever estas normas, a fim de as aproximar das recomendações da Organização Mundial da Saúde. Visa igualmente melhorar o conjunto de legislação da UE em matéria de ar limpo, com base nos ensinamentos retirados da avaliação («balanço da qualidade») das regras da UE neste domínio, realizada no ano passado. Os [contributos](#) relativos a esta proposta de Diretiva podem ser carregados até ao dia 9 de janeiro.

Até 10 de janeiro



Convite à apresentação de propostas de apoio às atividades dos meios de comunicação sobre a política de coesão

A Comissão Europeia lançou o [6º convite à apresentação de propostas](#) de apoio às atividades dos meios de comunicação sobre a política de coesão, com um orçamento global de 7 milhões de euros. Os meios de comunicação social, bem como as universidades, agências de comunicação e outras entidades privadas e organismos públicos são convidados a apresentar as suas propostas para reportagens editorialmente independentes sobre a Política de Coesão. A Comissão cobrirá 80% do custo dos projetos, com subvenções até 300 mil euros para os beneficiários selecionados. O prazo de candidatura termina às 17:00 CET, 10 de janeiro de 2023.



Consulta pública sobre a revisão do Regulamento de *minimis*

A Comissão Europeia [lançou](#) uma consulta pública sobre a revisão do Regulamento de *minimis*, que decorrerá até ao próximo dia 10 de Janeiro de 2023. A Comissão propõe-se rever o limiar de *minimis* para o adaptar ao contexto económico atual e a melhorar os requisitos de transparência. Estas alterações traduzem-se no texto do regulamento [proposto](#), que está sujeito à presente consulta pública, podendo consultar [aqui](#) a nota explicativa que acompanha a proposta de revisão do Regulamento.

Até 11 de janeiro



Revisão das regras da UE em matéria de materiais destinados a entrar em contacto com os alimentos

A política da UE em matéria de segurança dos alimentos inclui regras relativas aos materiais destinados a entrar em contacto com os alimentos (p. ex., embalagens de alimentos, artigos de cozinha e de mesa e equipamentos para transformação de alimentos). Esta iniciativa visa modernizar as regras, a fim de: garantir a segurança dos alimentos e um elevado nível de proteção da saúde pública; reduzir a presença e a utilização de produtos químicos perigosos; ter em conta os conhecimentos científicos e tecnológicos mais recentes; apoiar a inovação e a sustentabilidade através da promoção de soluções reutilizáveis e recicláveis seguras, ajudando a reduzir o impacto ambiental do setor.

O [período de submissão de contributos](#) para esta consulta pública encerra a 11 de janeiro. A Comissão Europeia planeia publicar a proposta de regulamento no segundo trimestre de 2023.

Até 13 de janeiro



Revisão da Comunicação da Comissão relativa à definição de mercado relevante para efeitos do direito comunitário da concorrência

A Comissão Europeia lançou, a 8 de novembro, uma consulta pública sobre o [projeto de revisão da Comunicação relativa à definição de mercado](#). A Comunicação relativa à definição de mercado está a ser revista pela primeira vez desde a sua adoção em 1997, para ter em conta a evolução significativa dos últimos anos, em especial a digitalização e as novas formas de oferta de bens e serviços, e a fim de refletir a natureza interligada e globalizada das trocas comerciais.

A Consulta decorrerá até ao próximo dia 13 de janeiro de 2023. Mais informações sobre a consulta poderão ser consultadas [aqui](#).

Até 15 de janeiro



Prémio de Gestão de Solos e Terras

O [convite à apresentação de candidaturas](#) estará aberto até ao dia 15 de janeiro. O [prémio](#) é atribuído todos os anos ao vencedor durante o Fórum para o Futuro da Agricultura, que se realiza em Bruxelas. A iniciativa premeia as práticas de gestão do solo que atenuam as ameaças do solo, ou seja, degradação do solo, erosão, redução do teor de matéria orgânica, contaminação difusa e compactação, bem como a redução da biodiversidade do solo, salinização, impermeabilização, inundação e deslizamento de terras. Quem pode candidatar-se? Agricultores, proprietários de terras, gestores de terras, grupos de agricultores, por conta própria ou em colaboração com institutos de investigação, universidades e/ou empresas privadas.

Atenção: a candidatura deve ser preenchida preferencialmente em inglês. Se a candidatura for redigida noutra língua, deve ser anexado um resumo bem estruturado do projeto em inglês. O projeto terá de ser submetido via e-mail ao Coordenador do Prémio em Emmanuelle.mikosz@elo.org.

Até 18 de janeiro



Candidaturas ao Colégio da Europa

As candidaturas para a frequência de cursos de pós-graduação no Colégio da Europa no ano académico 2023/2024 [estão](#) abertas até 18 de janeiro de 2023. O Governo Regional dos Açores atribui anualmente uma Bolsa de Estudo – Bolsa “José Medeiros Ferreira” - para a frequência de um curso de pós-graduação no Colégio da Europa - no Campus de Bruges (Bélgica) ou no Campus de Natolin (Polónia) - que compreende uma comparticipação nos encargos com as propinas do curso, alojamento, alimentação e uma viagem de ida e volta entre o local de residência do aluno e o local do curso.

A atribuição desta bolsa, cujo período de candidaturas será oportunamente publicitado, é decidida após a admissão dos candidatos da Região Autónoma dos Açores ao Colégio da Europa, pelo que estes deverão ter concorrido e sido admitidos à frequência de um curso de pós-graduação nas áreas de Direito, Economia, Estudos Europeus Interdisciplinares, Política e Administração ou Relações Internacionais e Diplomáticas.

Para se poderem candidatar a esta bolsa, os indivíduos que, tendo sido admitidos à frequência de um curso de pós-graduação no Colégio da Europa, devem ter, cumulativamente, até 30 anos de idade (completados à data do início do curso), realizado e concluído o Ensino Secundário na região e ser residentes no arquipélago dos Açores há pelo menos três anos. Os candidatos devem possuir uma licenciatura e ter domínio, escrito e verbal, das línguas francesa e inglesa.

Até 20 de janeiro



Relatório sobre Estado de Direito de 2023

A Comissão Europeia lançou uma [consulta específica](#) para recolher informações sobre o desenvolvimento do Estado de direito em todos os Estados-Membros, em preparação do Relatório sobre o Estado de direito de 2023. A consulta está aberta a associações judiciais, ONGs, organizações internacionais e agências da UE, entre outras. As informações recebidas ajudarão a Comissão a avaliar a situação do Estado de direito nos Estados-Membros. Como parte da consulta, a Comissão também recolherá informações sobre como, e em que medida, os Estados-Membros implementaram as recomendações feitas pela primeira vez no [Relatório 2022](#).

O Relatório sobre o Estado de Direito está no centro de um ciclo anual de monitorização, destinado a prevenir problemas antes que estes surjam ou se agravem, e a promover uma cultura de Estado de Direito. A consulta está [disponível](#) online até 20 de janeiro de 2023.

Até 31 de janeiro



Convite à apresentação de propostas ao abrigo do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquicultura (FEAMP) - Vertente específica dedicada às Regiões Ultraperiféricas

O convite à apresentação de propostas no âmbito do FEAMP para apoio a "Projetos regionais emblemáticos que apoiam a economia azul sustentável nas bacias marítimas da UE" foi [publicado](#), sendo incluído nesta convocatória uma vertente específica dedicada às regiões ultraperiféricas sobre "[Promoção do turismo marítimo e costeiro sustentável nas regiões ultraperiféricas](#)" com um orçamento específico **de um milhão de euros**.

A vertente das regiões ultraperiféricas tem como principal objetivo apoiar a economia azul nas regiões ultraperiféricas através de projetos que promovam soluções inovadoras e sustentáveis no turismo costeiro e marítimo e contribuam para a proteção da biodiversidade marinha, em linha com a nova estratégia para as regiões ultraperiféricas, bem como com os objetivos da Comunicação sobre uma nova abordagem para uma economia azul sustentável na UE e da Trajetória de Transição para o Turismo.

As propostas ao abrigo da vertente regiões ultraperiféricas devem ser apresentadas por um consórcio de, pelo menos, 2 entidades independentes de 2 regiões ultraperiféricas diferentes. A data-limite para a apresentação das candidaturas é o dia 31 de janeiro de 2023 (17h00, hora de Bruxelas). Já se encontram [abertas](#) as inscrições para a participação na "**Jornada de Informação**" organizada pela Comissão Europeia **no dia 24 de novembro de 2022**. Os interessados deverão efetuar a sua inscrição até ao dia **16 de novembro**.

Até 8 de fevereiro



Rastreio, registo e controlo do amianto – Proposta de Diretiva

Esta iniciativa legislativa visa abordar ainda mais os riscos sanitários e ambientais relacionados com a exposição ao amianto, aumentando a transparência e a recuperação de informação adicional e assegurando a sua disponibilidade às autoridades públicas relevantes, aos trabalhadores da construção civil e aos ocupantes dos edifícios. As obrigações específicas serão moduladas com base numa abordagem transversal, tendo em conta o ciclo de vida de um edifício e os riscos relevantes para um determinado edifício. Os comentários no âmbito desta consulta pública poderão ser carregados [aqui](#).

Até 9 de fevereiro



Ações Marie Skłodowska-Curie: 77,5 milhões de euros para apoiar o intercâmbio de pessoal de investigação e inovação

A Comissão Europeia lançou um convite à apresentação de propostas no âmbito do [programa Marie Skłodowska-Curie Actions](#)' (MSCA) [Staff Exchanges](#). O período de candidaturas encerra a 9 de fevereiro. Todas as informações poderão ser consultadas [aqui](#).

Até 15 de fevereiro



Novos pedidos de financiamento ao abrigo do Programa Europa Digital para aumentar a ciberresiliência

A Comissão Europeia [lançou](#) um convite às empresas, administrações públicas e outras organizações para apresentarem propostas de soluções inovadoras de cibersegurança e para se candidatarem ao financiamento da UE ao abrigo do [Programa Europa Digital](#). Um investimento de 176,5 milhões de euros de subvenções irá no sentido de melhorar os instrumentos e infraestruturas para uma cooperação reforçada em matéria de cibersegurança entre os Estados-Membros e a Comissão.

Os convites visam reforçar a cibersegurança das infraestruturas de redes 5G, apoiando serviços seguros e melhorando as capacidades de teste e certificação de soluções e serviços tecnológicos. As respetivas subvenções apoiarão também a implementação das [novas regras sobre cibersegurança de redes e sistemas de informação \(Diretiva NIS2\)](#) na legislação nacional, bem como a capacidade dos Centros de Operações de Segurança em toda a UE para recolher e partilhar informações sobre incidentes cibernéticos. O objetivo é ajudar a aumentar a resiliência e a capacidade da UE em matéria de cibersegurança para proteger, detetar, defender e dissuadir os ciberataques. Os convites estão abertos até 15 de fevereiro de 2023.

Até 23 de fevereiro



Lançamento de novos convites à apresentação de propostas, com um orçamento de 277 milhões de euros, para apoiar investimentos em infraestruturas de conectividade digital

A Comissão Europeia lançou o [segundo conjunto de convites à apresentação de propostas](#) ao abrigo do programa "[Connecting Europe Facility Digital](#)". Com um orçamento previsto de 277 milhões de euros, o objetivo é apoiar projetos de redes seguras, rápidas e de alta capacidade, incluindo comunicação quântica e cabos submarinos, reforçar as redes que ligam zonas rurais, remotas e ultramarinas, bem como digitalizar cada vez mais as redes de transporte e energia.

O prazo para a candidatura é 23 de fevereiro de 2023. Os candidatos interessados terão a oportunidade de saber mais sobre as chamadas durante a [jornada informativa virtual](#) de 25 de outubro.

Até 8 de março



Ações Marie Skłodowska-Curie: 95 milhões de euros para cofinanciar programas de doutoramento e pós-doutoramento

A Comissão Europeia lançou um convite à apresentação de propostas no âmbito do [programa Marie Skłodowska-Curie Actions](#)' (MSCA) [cofinanciar programas regionais, nacionais e internacionais \(COFUND\)](#). O convite COFUND 2022, com um orçamento total de 95 milhões de euros, será encerrado a 9 de fevereiro de 2023. Todos os detalhes estão disponíveis nesta [ligação](#).

Até 31 de maio



Aberto convite para a mobilidade de artistas e profissionais culturais

O primeiro [convite](#) à mobilidade individual destina-se a artistas e profissionais da cultura que trabalham nos seguintes setores: arquitetura, património cultural, design, design de moda, tradução literária, música, artes visuais e artes do espetáculo dos países participantes no programa Europa Criativa e que viajem para outro país do programa Europa Criativa, por um período de sete a 60 dias, no caso de artistas individuais, e de sete a 21 dias em caso de grupos de pessoas (duas a cinco pessoas).

O presente convite está aberto de 10 de outubro de 2022 a 31 de maio de 2023. As ações de mobilidade individual funcionarão com base em convites contínuos abertos todos os anos, do outono à primavera, com avaliações mensais. O subsídio de mobilidade «[A Cultura Move a Europa](#)» inclui: despesas de viagem normais (350 EUR de viagem de ida e volta para distâncias até 5 mil km e 700 EUR de viagens de ida e volta para distâncias superiores a 5 001 km), além de 75 EUR por dia para contribuir para as despesas de estadia e alojamento. Além disso, em consonância com as prioridades horizontais do programa, como a inclusão e a sustentabilidade, estão previstas várias **dotações complementares**, tais como **o apoio aos requerentes provenientes de países e territórios ultramarinos e das Regiões Ultraperiféricas** ou que viajem para esses destinos. Todas as informações [aqui](#).



Agricultura e Alimentação

Política Agrícola Comum 2023-27: Aprovados planos estratégicos da Alemanha, Grécia e Lituânia no valor de 47,8 mil milhões de euros

Os planos estratégicos da PAC da Alemanha, Grécia e Lituânia, respetivamente no valor de 30,5 mil milhões, 13,4 mil milhões e 3,9 mil milhões de euros, foram [aprovados](#) pela Comissão Europeia e representam um orçamento total da UE de 47,8 mil milhões de euros. Do orçamento total da UE destes três países, mais de 14 mil milhões de euros serão dedicados a objetivos ambientais e climáticos, a regimes ecológicos, e 1,6 mil milhões de euros a jovens agricultores.

A Alemanha concentra-se na proteção do clima e do ambiente, assegurando simultaneamente a competitividade e a resiliência das explorações agrícolas e das zonas rurais. A agricultura biológica é especificamente apoiada com quase 2,4 mil milhões de euros e cerca de 30% das terras agrícolas beneficiarão, respetivamente, de práticas que reduzam as emissões ou mantenham/aperfeiçoem a armazenagem de carbono, melhorem a qualidade dos solos ou melhorem a qualidade da água.

O plano da Grécia irá melhorar a viabilidade das pequenas e médias explorações, que representam a espinha dorsal da agricultura grega. Isto será feito com a ajuda de um apoio orientado ao rendimento e de um pagamento redistributivo adicional. O plano grego visa igualmente reduzir a pegada ambiental da agricultura e gerir os recursos naturais de forma mais eficiente.

No seu plano, a Lituânia coloca uma forte ênfase em rendimentos justos para os agricultores. Cerca de 3 mil milhões de euros são atribuídos para apoio ao rendimento com um pagamento redistributivo para pequenas e médias explorações agrícolas, bem como apoio associado a vários setores. Mais de 4.600 jovens agricultores serão apoiados para se instalarem e receberão depois ajuda adicional. As práticas agrícolas sustentáveis serão também recompensadas.

Principais resultados do Conselho Agricultura e Pescas de 21 de novembro

Os ministros da Agricultura [discutiram](#) os progressos feitos até agora na implementação da Nova Estratégia Florestal da UE para 2030, bem como as medidas que poderiam ser tomadas tanto a nível nacional como da UE para aumentar a sua eficiência. Os ministros também trocaram opiniões sobre a forma de reforçar a cooperação entre a Comissão, os Estados-Membros e as partes interessadas, de modo a assegurar a implementação efetiva da estratégia e garantir um quadro de governação florestal inclusivo e coerente na UE.

Os ministros discutiram também os aspetos agrícolas, florestais e marinhos da proposta de regulamento para a restauração da natureza, bem como os resultados da Conferência da UE sobre Bioeconomia de 2022. A Comissão apresentou também a sua comunicação sobre fertilizantes, explicando a necessidade de assegurar a disponibilidade e a acessibilidade dos preços dos fertilizantes como base para a segurança alimentar.

Estudo de apoio à avaliação do regime de distribuição de fruta, legumes e leite nas escolas da UE

A Comissão Europeia publicou um [estudo de apoio à avaliação do regime de distribuição de fruta, legumes e leite nas escolas da UE](#). O [regime escolar](#) apoia a distribuição de produtos agrícolas às crianças em idade escolar, desde o infantário até ao ensino secundário, bem como medidas educacionais para aumentar o consumo destes produtos e moldar dietas mais saudáveis. O relatório mostra que a percentagem de crianças que recebem fruta, legumes e leite aumentou no período de avaliação de 40,2% em 2017/18 para 54,6% em 2020/21, e que uma maior variedade de produtos é distribuída, indicando que mais crianças beneficiam de uma oferta mais variada de produtos.

Nas suas recomendações, o estudo de apoio à avaliação sublinha que resultados ainda melhores poderão ser alcançados envolvendo mais professores, bem como outros profissionais da educação e pais/famílias. Outras recomendações incluem o desenvolvimento de um sistema de monitorização específico para produtos biológicos distribuídos como parte do regime e a sensibilização das escolas participantes para reduzir o desperdício alimentar durante a distribuição dos produtos.

A Comissão Europeia proporá em 2023 uma revisão do quadro legislativo do regime escolar da UE, como parte da Estratégia Do Prado ao Prato. O estudo de apoio à avaliação hoje publicado sobre o regime comunitário de distribuição de fruta, legumes e leite às escolas, bem como a [consulta pública](#), aberta de maio a julho de 2022, o [inquérito Eurobarómetro](#) e outros estudos, irão alimentar uma avaliação de impacto, que irá apresentar e analisar as opções políticas para uma revisão do regime.

Política Agrícola Comum 2023-27: aprovados planos estratégicos da República Checa e da Eslováquia no valor de 8,9 mil milhões de euros

Os planos estratégicos da Política Agrícola Comum (PAC) da República Checa e da Eslováquia, respetivamente no valor de 5,6 mil milhões de euros e 3,3 mil milhões de euros, foram [aprovados](#) pela Comissão Europeia no passado dia 24 de novembro. Representam um orçamento total da UE de 8,9 mil milhões de euros. Do orçamento total da UE destes dois países, 3 mil milhões de euros serão dedicados a objetivos ambientais e climáticos e a regimes ecológicos e mais de 200 milhões de euros a jovens agricultores.

Um objectivo-chave do plano da República Checa é uma distribuição mais justa e uma orientação mais eficaz do apoio ao rendimento. Em termos de prioridades ambientais, o foco é a proteção dos recursos naturais e da biodiversidade. Segundo o plano checo, a área agrícola com apoio da PAC para a agricultura biológica deverá aumentar dos atuais 16% para 21% até 2027. Finalmente, a PAC irá investir nas zonas rurais para abrandar o despovoamento e reforçar o emprego rural. Espera-se que sejam criados mais de 1.700 postos de trabalho graças ao financiamento da PAC.

O plano da Eslováquia visa aumentar a competitividade e a resiliência do seu setor agrícola, protegendo ao mesmo tempo os recursos naturais. Um apoio anual adicional de 370 milhões de euros ajudará os agricultores eslovacos em zonas que enfrentam limitações naturais, uma vez que 61% das terras agrícolas eslovacas se inserem nessa categoria. Com a ajuda do apoio da PAC, o plano eslovaco aspira a ter 20% das suas terras agrícolas cultivadas organicamente até 2030.



Alargamento

Uma política de alargamento reforçada é o instrumento geopolítico mais forte da UE

Os eurodeputados [apelam](#) à UE para que ultrapasse o status quo e reanime o processo de alargamento, tanto entre os Estados-Membros como nos países candidatos. À luz da crescente ameaça russa à paz e estabilidade europeias, uma política de alargamento

reforçada continua a ser o instrumento geopolítico mais forte à disposição da UE, os eurodeputados argumentam numa recomendação adotada em plenário na quarta-feira.

Para ser um ator global mais credível e eficiente, a UE deveria reformar os seus procedimentos de tomada de decisão para a adesão de novos membros e eliminar a necessidade de unanimidade, substituindo-a por maioria qualificada. Os eurodeputados apelam igualmente aos Estados-Membros para que cumpram os compromissos da UE em relação aos países dos Balcãs Ocidentais e da Parceria Oriental e assegurem que não sejam oferecidas alternativas aos países candidatos em vez de uma adesão plena à UE.



Ambiente

UE aceita compromisso da COP27 de manter vivo o Acordo de Paris e de proteger os mais vulneráveis das alterações climáticas

Na Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (COP27), que terminou no passado domingo de manhã em Sharm el-Sheikh, no Egito, a Comissão Europeia [demonstrou](#) ambição e flexibilidade para manter o objetivo de limitar o aquecimento global a 1,5 graus. Após uma semana de difíceis negociações, um esforço europeu forte e unido permitiu chegar a acordo no sentido de manter vivos os objetivos do Acordo de Paris. O papel de mediador da UE contribuiu igualmente para a criação de novos mecanismos de financiamento equilibrados, com uma base de doadores mais ampla, para ajudar as comunidades vulneráveis a fazer face às perdas e danos causados pelas alterações climáticas. Mais informações no [comunicado de imprensa](#) e nas declarações da [presidente Ursula von der Leyen](#) e do [vice-presidente executivo Frans Timmermans](#).

Programa LIFE: 380 milhões de EUR para 168 novos projetos ecológicos em toda a Europa

Foi aprovado o financiamento no montante de mais de 380 milhões de EUR para [168 novos projetos](#) em toda a Europa, ao abrigo do [Programa LIFE](#) para o ambiente e a ação climática. No cerne do Pacto Ecológico Europeu, os projetos LIFE podem ajudar a UE a alcançar a [neutralidade climática até 2050](#), bem como a alcançar os objetivos nos domínios do clima, da energia e do ambiente. Apoiam a biodiversidade, a restauração da natureza e a economia circular, contribuindo simultaneamente para a [transição para energias limpas](#) em todo o continente.

Trata-se de um aumento de 27 % em relação ao montante do ano passado; mobilizará um investimento total superior a 562 milhões de euros. Beneficiarão deste financiamento projetos de quase todos os países da UE, repartidos por quatro temas (subprogramas): natureza e biodiversidade; economia circular e qualidade de vida; mitigação das alterações climáticas e adaptação às mesmas; transição para energias limpas.

Projetos nos seguintes domínios: biodiversidade; economia circular; mitigação das alterações climáticas e adaptação às mesmas; energias limpas

Um [projeto](#) no domínio da natureza melhorará a gestão da biodiversidade das cidades de Tartu (Estónia), Aarhus (Dinamarca) e Riga (Letónia), a fim de restabelecer a conectividade e melhorar a saúde dos ecossistemas. As medidas previstas incluem a restauração dos habitats e a participação das comunidades urbanas nos trabalhos de conservação e restauração.

Poluição Zero: UE junta-se à coligação para um acordo global ambicioso para acabar com a poluição por plásticos até 2040

A UE aderiu à "[Coligação para Acabar com a Poluição Plástica](#)", confirmando o seu [compromisso](#) nas negociações globais para um acordo ambicioso, tendo em vista acabar com a poluição plástica até 2040. A UE insistirá na adoção de um instrumento juridicamente vinculativo, na necessidade de uma ação urgente e na aplicação de uma abordagem circular à reciclagem de plásticos. Será essencial que o novo instrumento inclua a obrigação de os países intensificarem a ação para evitar a acumulação de plásticos no ambiente. As negociações terão início no Uruguai a 28 de novembro de 2022 e espera-se que sejam concluídas em 2025. A coligação é copresidida pela Noruega e pelo Ruanda e inclui quase um terço dos Estados-Membros da ONU.



Coesão e solidariedade interna da UE

Política de coesão: Conselho aprova conclusões

O Conselho [aprovou](#) as conclusões sobre a política de coesão nas quais apresenta uma avaliação geral do seu papel na promoção do desenvolvimento regional na UE, bem como os principais desafios em matéria de execução e o caminho a seguir para o futuro.

Nas suas conclusões, o Conselho recorda que o objetivo da coesão social, económica e territorial está no cerne do projeto europeu. Salienta igualmente a importância de proteger os interesses financeiros da UE. O Conselho salienta que a política de coesão é ágil, moderna e a longo prazo e tem um importante efeito de alavanca, gerando um PIB adicional a nível da UE estimado em 2,7 euros por cada euro despendido. A política de coesão melhora a qualidade de vida dos cidadãos da UE e apoia a transição para uma economia circular, ecológica e digital com impacto neutro no clima, assegurando simultaneamente um mercado interno equilibrado e aumentando a competitividade da UE à escala mundial.

O Conselho chama igualmente a atenção para os impactos positivos da gestão partilhada na sua execução, que contribui para um envolvimento adequado a nível regional e local, uma melhor administração pública e a ligação entre a programação da base para o topo e as novas tendências globais. No que diz respeito ao período de programação 2014-2020, o Conselho salienta a necessidade

de colocar a tónica no encerramento efetivo dos programas e apela a que todos os intervenientes envidem esforços no sentido de divulgar amplamente os resultados e benefícios da política de coesão junto do público.

Nas suas conclusões, o Conselho fornece igualmente algumas orientações para a política de coesão pós-2027, salientando a necessidade de continuar a reforçar a coesão económica, social e territorial nos próximos anos e o facto de a política de coesão ser uma política para todas as regiões. No que se refere à preparação do próximo quadro legislativo, a Comissão é convidada a explorar as oportunidades oferecidas pelo reembolso baseado no desempenho e a tirar o máximo partido do mesmo, a prosseguir os esforços para simplificar e harmonizar as regras no conjunto dos programas da UE e a avaliar os instrumentos políticos da UE existentes antes de introduzir outros novos, a fim de evitar sobreposições.

O Conselho salienta igualmente a importância de centrar a atenção no objetivo de desenvolvimento sustentável da UE e das suas regiões no próximo período de programação, bem como de abordar as especificidades das regiões, em especial das regiões presas numa armadilha de desenvolvimento e das regiões situadas na fronteira externa da UE, bem como das regiões ultraperiféricas e das regiões que enfrentam vários desafios demográficos.

Resultados do Conselho dos Assuntos Gerais (Coesão)

O Conselho [debateu](#) o papel da política de coesão como alavanca fundamental para promover a convergência a longo prazo na UE e reduzir as disparidades no nível de desenvolvimento das várias regiões. Os ministros congratularam-se com o contributo da política de coesão para reduzir o fosso entre as regiões menos e mais desenvolvidas e os Estados-Membros nas últimas décadas, e notaram o seu impacto positivo também para além das regiões que mais beneficiam dos programas da UE.

Salientaram que a política de coesão é um instrumento de investimento moderno e flexível que ajuda as regiões de toda a UE a trabalhar para objetivos partilhados a longo prazo, ao mesmo tempo que enfrenta desafios mais imediatos no terreno, conforme necessário.

Durante o debate, os ministros delinearão igualmente os seus pontos de vista sobre várias questões, tais como os principais objetivos e princípios da política de coesão a salvaguardar para o futuro, os desafios que a política irá enfrentar e a melhor forma de os enfrentar. Os ministros abordaram igualmente o valor acrescentado da política de coesão em relação a outras políticas e instrumentos da UE, e sublinharam a necessidade de criar mais sinergias entre os vários instrumentos para melhor concretizar os objetivos-chave da política de coesão.

Entre outras coisas, salientaram que a política de coesão deve poder assentar numa combinação sólida e eficaz de políticas e instrumentos nacionais e comunitários para ajudar as regiões a enfrentar os vários desafios decorrentes das mudanças demográficas e tecnológicas e das transições digitais e verdes, assegurando que nenhuma região seja deixada para trás.

37,3 mil milhões de euros para que a Espanha apoie a sua transição ecológica e uma economia justa e competitiva

Entre 2022 e 2027, a Espanha [beneficiará](#) de 37,3 mil milhões de euros de financiamento da política de coesão para acelerar a transição verde do país, financiar a inovação e a digitalização, aumentar a taxa de emprego e melhorar os serviços sociais locais. A estratégia e os detalhes destes investimentos estão definidos no [Acordo de Parceria](#) entre a Espanha e a Comissão.

A estratégia centrar-se-á principalmente nas regiões menos desenvolvidas: 50% dos fundos serão atribuídos a investimentos na Andaluzia, Extremadura, Castilla-La Mancha, Ceuta e Melilla. As Ilhas Canárias, enquanto região ultraperiférica da UE, receberão uma dotação adicional de 673 milhões de euros para fazer face às consequências socioeconómicas do seu afastamento do continente.

Por exemplo, mais de 9 mil milhões de euros do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) serão investidos na transição ecológica do país para uma economia eficiente em termos de recursos, neutra do ponto de vista climático e economicamente competitiva. Deste montante, 1,8 mil milhões de euros ajudarão a Espanha a atingir o objetivo de poupança de energia primária de 39,5% em 2030, tal como estabelecido no Plano Nacional Integrado de Energia e Clima de Espanha. Ao mesmo tempo, o FEDER disponibilizará 3,3 mil milhões de euros para ajudar a Espanha a atingir o seu objetivo de produzir 74% de eletricidade a partir de fontes renováveis até 2030. O FEDER também contribuirá para a prevenção de catástrofes naturais e para a resiliência a catástrofes como inundações, incêndios e secas.

Corpo Europeu de Solidariedade: mais de 142 milhões de euros para ajudar, através do voluntariado, as pessoas mais necessitadas

A Comissão Europeia [lançou](#) o convite à apresentação de propostas no âmbito do Corpo Europeu de Solidariedade para 2023. O [Corpo Europeu de Solidariedade](#) é um programa da UE destinado aos jovens interessados em participar em atividades de solidariedade nas mais variadas áreas, nomeadamente ajudar pessoas desfavorecidas ou contribuir para ações no domínio da saúde e do ambiente, dentro ou fora da UE.

Com base no [Ano Europeu da Juventude](#), o convite à apresentação de propostas pretende criar mais oportunidades de solidariedade para os jovens, disponibilizando mais de 142 milhões de euros. Poderão assim ser financiadas ações de voluntariado, projetos de solidariedade liderados por jovens, equipas de voluntariado em áreas de elevada prioridade centradas na ajuda às pessoas que fogem de conflitos armados e outras vítimas de catástrofes naturais ou não naturais, além da prevenção, promoção e apoio no domínio da saúde, e a próxima edição do Corpo Voluntário Europeu para a Ajuda Humanitária.

O programa está aberto a jovens entre os 18 e os 30 anos para atividades de solidariedade que abordem desafios sociais e a jovens entre os 18 e os 35 anos para atividades de ajuda humanitária internacional. Os jovens que pretendam participar em atividades do

Corpo Europeu de Solidariedade devem [inscrever-se no portal do Corpo Europeu de Solidariedade](#), onde podem navegar e encontrar organizações que executam projetos. Os grupos de jovens inscritos no Portal do Corpo Europeu de Solidariedade também podem candidatar-se a financiamento para projetos de solidariedade criados por eles mesmos.



Defesa e Segurança

Deputados aprovam novas regras para proteger as infraestruturas críticas da UE

Com 595 votos a favor, 17 contra e 24 abstenções, os eurodeputados [ratificaram o acordo da negociações com o Conselho](#), que introduz regras mínimas para as avaliações de risco e as estratégias nacionais de resiliência. Além disso, o acordo harmoniza a definição de «infraestruturas críticas», para que seja coerente entre os Estados-Membros.

A legislação abrange os setores da energia, dos transportes, da banca, das infraestruturas do mercado financeiro e das infraestruturas digitais. Os setores da água potável e das águas residuais, da alimentação (incluindo a produção, transformação e entrega), da saúde, da administração pública e do espaço também estão incluídos. O propósito é reforçar os requisitos das avaliações de risco e da comunicação de informações por parte das entidades consideradas críticas.

Segundo as novas regras, os Estados-Membros devem adotar estratégias nacionais de resiliência e a comunicação transfronteiriça será efetuada através de pontos únicos de contacto designados em cada país. Ao mesmo tempo, deve ser evitada a dupla comunicação de informações entre esta e outras iniciativas de aumento da resiliência, para não sujeitar as entidades críticas a encargos administrativos desnecessários. A fim de garantir a transparência, as entidades críticas devem informar as autoridades nacionais de quaisquer incidentes ou perturbações. Estas, por sua vez, devem informar os cidadãos sempre que tal seja do interesse público.



Educação

Lançamento do convite à apresentação de propostas Erasmus+ de 2023: 4,2 mil milhões de euros de apoio à mobilidade e à cooperação nos domínios da educação, da formação, da juventude e do desporto

A Comissão Europeia lançou [o convite à apresentação de propostas de 2023](#) para o Erasmus+ [[Guia](#)]. Com um orçamento anual de 4,2 mil milhões de euros, o Erasmus+ aumenta, assim, o seu apoio à inclusão, à cidadania ativa e à participação democrática, bem como às transformações ecológica e digital na UE e no mundo.

Sendo a mobilidade a sua característica mais emblemática, no próximo ano, o programa continuará a apoiar a circulação além-fronteiras de estudantes do ensino secundário, do ensino superior e do ensino e formação profissionais (EFP), aprendentes adultos, jovens em programas de aprendizagem não formal, educadores e membros do pessoal, rumo a uma experiência de ensino e formação na Europa. A partir de 2023, o programa incluirá uma nova ação de apoio aos treinadores desportivos através da sua participação em projetos de mobilidade, fazendo chegar as oportunidades de cooperação e aprendizagem transeuropeias diretamente às organizações desportivas locais de base e ao seu pessoal.

O programa irá dar resposta aos desafios que esperamos enfrentar em 2023, prestando um apoio significativo aos estudantes e ao pessoal educativo que fugiram da guerra na Ucrânia, continuando a lutar por um programa mais inclusivo e tirando partido do legado do [Ano Europeu da Juventude](#).



Economia e Mercado

Coordenação das políticas económicas: Comissão define orientações para ajudar a enfrentar a crise energética e tornar a Europa mais ecológica e mais digital

A Comissão Europeia [lançou](#) o ciclo do Semestre Europeu de 2023 para a coordenação das políticas económicas. O pacote baseia-se nas [previsões económicas do outono de 2022](#), que mostraram que, após um primeiro semestre forte, a economia da UE entrou agora numa fase muito mais difícil. Apesar de a ação política rápida e bem coordenada durante a pandemia de COVID-19 estar a dar frutos, as consequências da invasão da Ucrânia pela Rússia colocam a UE perante desafios múltiplos e complexos. Os preços historicamente elevados da energia, as elevadas taxas de inflação, a escassez da oferta, o aumento dos níveis da dívida e os crescentes custos dos empréstimos estão a afetar a atividade empresarial e a minar o poder de compra das famílias.

Estes desafios exigem uma ação coordenada para garantir um aprovisionamento energético adequado e a preços acessíveis, salvaguardar a estabilidade económica e financeira e proteger as famílias e as empresas vulneráveis, preservando simultaneamente a sustentabilidade das finanças públicas. Ao mesmo tempo, é necessária uma ação rápida a fim de impulsionar o crescimento potencial e a criação de emprego de qualidade e concretizar as transições ecológica e digital. A coordenação das políticas

económicas através do Semestre Europeu ajudará os Estados-Membros a alcançar estes objetivos, definindo prioridades e prestando orientações políticas claras e bem coordenadas para o próximo ano.

O Semestre Europeu proporciona um quadro para a coordenação das políticas económicas e de emprego dos Estados-Membros. Desde a sua introdução em 2011, esse quadro tornou-se um fórum onde são debatidos os desafios da política orçamental, económica e de emprego dos países da UE no âmbito de um calendário anual comum. Continua a desempenhar este papel na fase de recuperação e na promoção da transição ecológica e digital.

O Mecanismo de Recuperação e Resiliência, que constitui o vetor fundamental do instrumento NextGenerationEU, dispõe de 723 800 milhões de euros sob a forma de empréstimos e subvenções para apoiar as reformas e os investimentos realizados pelos países da UE. O seu objetivo consiste em atenuar o impacto económico e social da pandemia causada pelo coronavírus e em tornar as economias e sociedades europeias mais sustentáveis, mais resilientes e mais bem preparadas para enfrentar os desafios e as oportunidades inerentes à dupla transição ecológica e digital.



Energia

Reunião extraordinária do Conselho (Transportes, Telecomunicações e Energia) sobre Energia

Os ministros da Energia da UE chegaram na [reunião da passada quinta-feira](#) a acordo político sobre uma [proposta de regulamento do Conselho](#) relativo a novas medidas de emergência temporárias destinadas a conter os elevados preços da energia e a melhorar a segurança do aprovisionamento. As novas medidas melhorarão a solidariedade em situações de verdadeira emergência e escassez do aprovisionamento de gás, assegurarão uma melhor coordenação das aquisições conjuntas de gás, limitarão a volatilidade dos preços do gás e da eletricidade e estabelecerão índices de referência fiáveis para os preços do gás.

Os ministros alcançaram um acordo sobre a proposta de regulamento do Conselho que estabelece um quadro temporário para acelerar a implantação de energias renováveis. O objetivo deste regulamento é acelerar a simplificação dos procedimentos de autorização de projetos de energias renováveis. Centra-se em tecnologias e tipos específicos de projetos que têm o maior potencial de implantação rápida e o menor impacto no ambiente.

Os ministros da Energia da UE levaram ainda a cabo uma troca de pontos de vista sobre a proposta de regulamento do Conselho relativa a um mecanismo de correção do mercado do gás, na sequência de uma apresentação da Comissão da sua proposta recentemente adotada, tendo a Presidência concluído do debate travado que serão necessários mais esforços para chegar a acordo sobre os parâmetros do mecanismo e assegurou que tudo fará para avançar para um acordo político sobre a proposta o mais rapidamente possível.

Comissão propõe novo instrumento da UE para limitar os picos excessivos dos preços do gás

A Comissão Europeia [propôs](#) um [Mecanismo de Correção do Mercado](#) para proteger as empresas e as famílias da UE de episódios de preços de gás excessivamente elevados na UE. Isto complementa as medidas para reduzir a procura de gás e garantir a segurança do aprovisionamento através da diversificação do aprovisionamento energético. O novo mecanismo visa reduzir a volatilidade nos mercados europeus de gás, salvaguardando ao mesmo tempo a segurança do aprovisionamento de gás.

Na sequência da invasão russa da Ucrânia e do armamento do fornecimento de energia, os preços do gás natural registaram picos de preços sem precedentes em toda a UE, atingindo picos sem precedentes na segunda quinzena de agosto deste ano. O pico extremo dos preços durante quase duas semanas em agosto foi altamente prejudicial para a economia europeia, com efeitos de contágio nos preços da eletricidade e um aumento da inflação global. A Comissão propõe evitar a repetição de tais episódios com um instrumento temporário e bem direcionado para intervir automaticamente nos mercados do gás em caso de subida extrema dos preços do gás.

O instrumento proposto consiste num preço máximo de segurança de 275 euros nos derivados TTF com um mês de antecedência. O Mecanismo de Transferência de Títulos (TTF), que é a referência de preços de gás mais utilizada na UE, desempenha um papel fundamental no mercado grossista europeu do gás.

Eurodeputados apelam à saída da UE do Tratado da Carta da Energia

Numa resolução aprovada na quinta-feira, os eurodeputados [acreditam](#) que esta é a melhor opção para evitar que o tratado ponha em risco as ambições da UE em matéria de clima e segurança energética. O Parlamento apoiará a saída da UE do Tratado da Carta da Energia (TCE) quando lhe for solicitada a sua aprovação, afirmaram. Exortam a Comissão a iniciar imediatamente o processo para uma saída coordenada da UE do TCE e apelam ao Conselho para que apoie tal proposta.

Os deputados do PE acreditam que esta é a melhor opção para a UE alcançar a segurança jurídica, e evitar que o TCE ponha em risco as ambições da UE em matéria de clima e segurança energética. Consideram o atual TCE um instrumento desatualizado que já não serve os interesses da União Europeia, especialmente no que diz respeito ao objetivo de se tornar neutro em termos climáticos até 2050.

Embora os deputados do PE elogiem os esforços de negociação da Comissão para modernizar o TCE, recordam que a UE só pode ratificar o TCE modernizado com a aprovação final do Parlamento, e que o Parlamento considerará as suas posições anteriores e as deficiências da modernização se lhe for solicitado o seu consentimento. Os deputados lamentam que, no âmbito do TCE modernizado, a maioria das partes contratantes tenha decidido manter indefinidamente a proteção dos investidores de combustíveis fósseis. Preocupa-os também que a cláusula de caducidade de 20 anos em caso de saída permaneça inalterada no texto modernizado.

Segurança energética: Comissão define trajetórias de recarga de armazenamento para 2023

O [Regulamento de Armazenamento de Gás](#) estabelece a obrigação de os Estados-Membros encherem as suas instalações de armazenamento de gás em 90% até 1 de novembro de 2023. Para estar bem preparada para o Inverno do próximo ano, a Comissão [publicou](#) as trajetórias para o reabastecimento das instalações de armazenamento de gás pelos Estados-Membros em 2023. Um armazenamento de gás da UE suficientemente cheio contribui para a segurança do aprovisionamento e a estabilidade do mercado, tornando o nosso sistema energético mais apto a enfrentar ruturas no aprovisionamento e picos na procura.

Auxílios estatais: Comissão aprova um regime português de 175 milhões de euros para compensar as empresas com utilização intensiva de energia pelos custos indiretos das emissões

A Comissão Europeia aprovou, ao abrigo das regras da UE sobre auxílios estatais, um regime português de 175 milhões de euros para compensar parcialmente as empresas com utilização intensiva de energia pelos preços mais elevados da eletricidade resultantes do impacto dos preços do carbono nos custos de produção de eletricidade (os chamados "custos de emissão indiretos"), incorridos entre 2021-2030, ao abrigo do Regime de Comércio de Licenças de Emissão da UE ("ETS").

A medida beneficiará as empresas ativas nos setores enumerados no Anexo I das [Orientações relativas aos auxílios estatais do ETS](#), que enfrentam custos de eletricidade significativos e estão particularmente expostas à concorrência internacional. A compensação será concedida às empresas elegíveis através de um reembolso parcial dos custos de emissão indireta incorridos no ano anterior, com o pagamento final a ser efetuado em 2031. O montante máximo de auxílio por beneficiário será igual a 75 % dos custos indiretos de emissão incorridos. Para incentivar a poupança de energia, o montante da ajuda é calculado com base em padrões de referência de eficiência do consumo de eletricidade. Os beneficiários elegíveis têm de (i) aplicar determinadas recomendações de auditoria energética, (ii) cobrir pelo menos 30% do seu consumo de eletricidade com fontes isentas de carbono, ou (iii) investir pelo menos 50% do montante da ajuda em projetos que conduzam a reduções substanciais das emissões de gases com efeito de estufa das suas instalações.

A versão não confidencial da decisão será disponibilizada sob o número SA.100103 no [registo de auxílios estatais](#) no sítio web da concorrência da Comissão, uma vez resolvidas quaisquer questões de confidencialidade. Os beneficiários terão de cumprir uma dessas obrigações no prazo de três anos após a concessão da ajuda.



Estado de Direito

Roménia: Objetivos de referência no âmbito do Mecanismo de Cooperação e de Verificação cumpridos de forma satisfatória

A Comissão Europeia adotou o [relatório mais recente sobre as medidas tomadas pela Roménia](#) para cumprir os seus compromissos em matéria de reforma do sistema judicial e de luta contra a corrupção no âmbito do [Mecanismo de Cooperação e de Verificação](#) (MCV).

O relatório faz o balanço dos progressos obtidos relativamente às recomendações pendentes e ao cumprimento dos objetivos de referência do Mecanismo de Cooperação e de Verificação desde o [relatório relativo ao MCV de junho de 2021](#). O relatório assinala positivamente os esforços significativos da Roménia para aplicar estas recomendações através de nova legislação, políticas e instrumentos para desenvolver o sistema judicial e combater a corrupção.

A Comissão conclui que os progressos concretizados pela Roménia são suficientes para cumprir os compromissos assumidos no âmbito do MCV aquando da sua adesão à UE e que todos os objetivos de referência podem ser encerrados de forma satisfatória. A avaliação tem igualmente em conta o cenário em evolução do Estado de direito na UE e, em especial, o pleno empenhamento da Roménia no ciclo de relatórios sobre o Estado de direito.

A partir de agora, a Comissão deixará de acompanhar e de apresentar relatórios sobre a Roménia no âmbito do MCV, mas esse acompanhamento prosseguirá no âmbito do ciclo anual do Estado de direito. Os relatórios serão consolidados no [relatório anual da Comissão sobre o Estado de direito](#), tal como para todos os Estados-Membros.

Parlamento Europeu declara Rússia como um Estado patrocinador do terrorismo

O Parlamento Europeu [aprovou](#), esta quarta-feira, uma resolução sobre os últimos desenvolvimentos na brutal guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia. Os eurodeputados salientam que os ataques deliberados e as atrocidades cometidos pelas forças russas e seus aliados contra civis na Ucrânia, a destruição de infraestruturas civis e outras violações graves do direito internacional e

humanitário equivalem a atos de terror e constituem crimes de guerra. Consequentemente, reconhecem a Rússia como um Estado patrocinador do terrorismo e como um Estado que "utiliza métodos de terrorismo".

Parlamento Europeu não aceita passaportes emitidos pela Rússia em áreas ocupadas

O Parlamento Europeu [aprovou](#) a decisão de não aceitar passaportes e outros documentos de viagem emitidos pela Rússia em regiões ilegalmente ocupadas da Ucrânia e da Geórgia. Com 531 votos a favor, 7 contra e 34 abstenções, o Parlamento aprovou [o acordo com o Conselho sobre a não aceitação de documentos de viagem emitidos pela Rússia](#) nas regiões ucranianas ocupadas e nos chamados territórios separatistas da Geórgia, para efeitos de emissão de vistos ou de passagem das fronteiras externas da UE.

De acordo com a proposta, a Comissão Europeia deveria consultar os Estados-Membros e elaborar uma lista de documentos de viagem russos, nomeadamente passaportes, que não deveriam ser aceites. No entanto, aqueles que fogem do conflito na Ucrânia poderão ainda entrar na UE por razões humanitárias.

Parlamento insiste que a UE deve congelar o financiamento à Hungria

A Comissão e o Conselho devem resistir às pressões da Hungria e avançar com a adoção das medidas de condicionalidade propostas em matéria de Estado de direito para suspender os fundos de coesão da UE. Numa resolução [aprovada](#) na quinta-feira por 416 votos a favor, 124 contra e 33 abstenções, os eurodeputados dizem que as 17 medidas corretivas negociadas pela Comissão e pela Hungria não são "suficientes para enfrentar o risco sistémico existente para os interesses financeiros da UE", mesmo que implementadas na íntegra.

Apelam aos Estados-Membros da UE para que adotam as medidas propostas ao abrigo do Regulamento de Condicionalidade, a fim de proteger o orçamento da UE contra violações dos princípios do Estado de direito na Hungria, e que só as levarem depois de as medidas corretivas húngaras terem tido um efeito sustentável. "Se estas medidas forem invertidas no futuro, a União deverá proceder a uma correção financeira", acrescentam.



Inclusão Social, Direitos Humanos e Cidadania

Rotas de migração: Comissão propõe Plano de Ação para o Mediterrâneo Central para enfrentar os desafios imediatos

Ainda antes do Conselho extraordinário de Justiça e Assuntos Internos que decorreu ao longo desta sexta-feira, a Comissão Europeia [apresentou](#) o [Plano de Ação da UE sobre o Mediterrâneo Central](#). Embora salientando que só serão encontradas soluções estruturais através de um acordo sobre o conjunto completo das reformas em matéria de asilo e migração atualmente em negociação, a Comissão propõe uma série de medidas operacionais para enfrentar os desafios imediatos e contínuos ao longo da rota migratória do Mediterrâneo Central.

O Plano de Ação propõe uma série de 20 medidas articuladas em torno de três pilares que serão levados por diante pela UE e pelos Estados-Membros. Estas medidas são concebidas para reduzir a migração irregular e insegura, fornecer soluções para os desafios emergentes na área da busca e salvamento e reforçar a solidariedade equilibrada entre os Estados-Membros. O Plano de Ação completo pode ser consultado [aqui](#).

Parlamento aprova regras de referência para a igualdade de género nos conselhos de administração

Todas as grandes empresas cotadas em bolsa na UE terão de tomar medidas para aumentar a presença de mulheres nas direções até julho de 2026. A diretiva foi [adotada](#) esta terça-feira, dez anos após a apresentação da proposta inicial. A legislação visa introduzir procedimentos de recrutamento transparentes nas empresas, de modo a que pelo menos 40 % dos cargos de administrador não executivo ou 33 % de todos os cargos de administrador sejam ocupados pelo sexo sub-representado até ao final de junho de 2026.

O mérito tem de continuar a ser o critério fundamental nos processos de seleção, que devem ser transparentes, de acordo com as novas regras. As empresas cotadas em bolsa terão de fornecer anualmente informações sobre a representação dos géneros nos seus conselhos de administração às autoridades competentes e, caso os objetivos não tenham sido atingidos, a forma como tencionam alcançá-los. Estas informações serão publicadas no sítio Web da empresa de uma forma facilmente acessível. As pequenas e médias empresas com menos de 250 trabalhadores estão excluídas do âmbito de aplicação da diretiva.

Iniciativa de cidadania europeia: a Comissão decide registar uma nova iniciativa em favor da criação de um Dia Europeu do «Custe o que Custar»

A Comissão Europeia [decidiu](#) registar a iniciativa de cidadania europeia (ICE) intitulada «Dia Europeu do “Custe o que Custar”» («*European Day of “Whatever it Takes”*»). Fazendo referência à declaração proferida pelo antigo presidente do Banco Central Europeu, Mario Draghi, em 26 de julho de 2012, esta iniciativa apela à institucionalização do Dia Europeu do «Custe o que Custar» como um «ato simbólico do pan-europeísmo». Os organizadores pretendem comemorar uma fase durante a qual a UE deu provas da sua resiliência funcional e das suas capacidades essenciais e na qual as instituições, as nações e as sociedades se devem inspirar para impulsionar o progresso quando atravessam períodos em que é necessário gerir múltiplas crises.

Uma vez que esta iniciativa de cidadania europeia preenche as condições necessárias, a Comissão considera que é legalmente admissível. Nesta fase, a Comissão ainda não analisou o mérito da iniciativa. Após o registo, os organizadores da iniciativa dispõem de seis meses para dar início à recolha de assinaturas. Se, no prazo de um ano, a iniciativa receber um milhão de declarações de apoio provenientes de, pelo menos, sete Estados-Membros, a Comissão terá de se pronunciar sobre a sua admissibilidade. A Comissão poderá então decidir se pretende ou não dar seguimento ao pedido, devendo fundamentar a sua decisão.

Parlamento quer que FIFA compense famílias de trabalhadores migrantes mortos

O Parlamento Europeu [aprovou](#) uma resolução sobre a situação dos direitos humanos no Catar. Os eurodeputados salientam que o Estado do Golfo ganhou o processo de licitação do Campeonato Mundial de Futebol da FIFA num contexto de alegações credíveis de suborno e corrupção. Deploram a morte de milhares de trabalhadores migrantes, principalmente no sector da construção que ajudaram o país a preparar o torneio, bem como de todos os feridos.

Descrevendo a corrupção no seio da FIFA como "desenfreada, sistémica e profundamente enraizada", os eurodeputados também lamentam que o processo de atribuição do Campeonato Mundial de Futebol ao Catar em 2010 não tenha sido transparente e tenha faltado uma avaliação de risco responsável. Sublinham que a FIFA prejudicou seriamente a imagem e integridade do futebol mundial.

O Parlamento apela aos países da UE, particularmente aqueles com grandes ligas nacionais de futebol, como a Alemanha, a França, a Itália e a Espanha, a exercer pressão sobre a UEFA e a FIFA para que se façam alterações de fundo nesta organização. Isso incluiria a introdução de procedimentos democráticos e transparentes no processo de decisão sobre onde realizar os campeonatos do mundo de futebol e a implementação de critérios de direitos humanos e de sustentabilidade para os países anfitriões. Para proteger atletas e adeptos, eventos desportivos internacionais não devem ser realizados em países onde os direitos fundamentais e humanos são violados e onde a violência sistemática de género prevalece.

Resoluções sobre os direitos humanos no Afeganistão, na Bielorrússia e na República Democrática do Congo

Na quinta-feira, o Parlamento Europeu [aprovou](#) três resoluções sobre o respeito pelos direitos humanos no Afeganistão, na Bielorrússia e na República Democrática do Congo: a situação dos direitos humanos no Afeganistão, incluindo a deterioração dos direitos das mulheres e os ataques às escolas; a repressão da oposição democrática continua na Bielorrússia; a deslocação forçada de pessoas devido à escalada do conflito no leste da República Democrática do Congo (RDC).

Violência contra as Mulheres: União Europeia estabelece número de ajuda a nível da UE e apela ao fim da violência contra as mulheres em todo o mundo

A Comissão Europeia anunciou um [número harmonizado a nível da UE para linhas de ajuda às vítimas de violência contra as mulheres: 116 016](#). As mulheres que são vítimas de violência poderão ligar para o mesmo número em toda a UE para obter aconselhamento e apoio. Até agora, 15 Estados-Membros comprometeram-se a ligar a sua linha de ajuda existente para as vítimas de violência contra as mulheres a este número. O prazo para os Estados-Membros reservarem o número comum da UE para ligar para as linhas de ajuda nacionais termina no final de abril de 2023.

A Comissão Europeia está empenhada em prevenir e combater a violência baseada no género, tal como afirmado [na Estratégia da UE para a Igualdade de Género 2020-2025](#). O Plano de Ação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais reafirma o compromisso de propor novas regras para pôr fim à violência baseada no género contra as mulheres, incluindo o assédio no trabalho com base no sexo. A Comissão concede financiamento a projetos e organizações para combater a violência baseada no género através [do Programa Cidadãos, Igualdade, Direitos e Valores](#).

Código de Conduta da UE contra o discurso de ódio em linha: última avaliação mostra um abrandamento no progresso

A Comissão Europeia [divulgou](#) os [resultados](#) da sua sétima avaliação do [Código de Conduta sobre o combate ao discurso de ódio em linha](#). Os resultados deste ano mostram infelizmente uma diminuição dos resultados de notificação e ação das empresas: o número de notificações revistas pelas empresas no prazo de 24 horas diminuiu em comparação com os dois últimos exercícios de monitorização, de 90,4% em 2020, para 81% em 2021, e 64,4% em 2022.

A TikTok é a única empresa que melhorou o seu tempo de avaliação. A taxa de remoção, de 63,6%, é também consideravelmente mais baixa do que no seu pico em 2020 (71%). Apenas o YouTube teve um melhor desempenho neste parâmetro do que nos últimos dois anos. Há, no entanto, uma evolução positiva na frequência e qualidade do *feedback* das empresas aos utilizadores, algo que a Comissão tinha vindo a solicitar às empresas que melhorassem no relatório de 2021.

Skellefteå ganha o Prémio Cidade Acessível de 2023 pelos seus notáveis esforços para se tornar acessível às pessoas com deficiência

A cidade sueca de Skellefteå [recebeu](#) o [Prémio Cidade Acessível](#) de 2023, em reconhecimento do seu compromisso a longo prazo e da sua abordagem inovadora para melhorar a acessibilidade das pessoas com deficiência. A acessibilidade está incluída em todos os planos de Skellefteå, assegurando que os espaços públicos, como parques infantis e ruas, estejam equipados com sinais de informação táteis e aquecimento do solo, de modo a garantir que a neve e o gelo não constituam um obstáculo. O parque central da cidade e a zona ribeirinha têm caminhos táteis e mapas, lugares sentados e um ascensor exterior. Um serviço de SMS para pessoas

cegas e com visão parcial fornece informações sobre a construção de estradas e potenciais obstáculos em toda a cidade. Os autocarros públicos também são plenamente acessíveis graças a pisos, rampas, ecrãs de texto e anúncios áudio. Skellefteå também oferece formação a jovens com deficiência intelectual para explorar tecnologias e formas de trabalhar para os ajudar a conduzir uma vida adulta independente.

A cidade espanhola de Córdoba e a capital da Eslovénia, Liubliana, receberam os prémios para o segundo e terceiro lugares. Três outras cidades receberam uma menção especial pelos seus esforços para se tornarem mais acessíveis: Hamburgo (Alemanha), pelas suas áreas construídas; Grenoble (França), para a sua rede de transportes; e Mérida (Espanha), para as suas tecnologias da informação e da comunicação.



Inovação, Investigação científica, ciência

Sinergias entre o Horizonte 2020 e os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento - Há potencial ainda por explorar

Coordenação insuficiente reduz impacto do financiamento da investigação e inovação da UE. As sinergias entre o programa de investigação da União Europeia Horizonte 2020, no valor de vários milhares de milhões de euros, e os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) não são totalmente exploradas, alerta o Tribunal de Contas Europeu (TCE) no seu novo [relatório](#).

Vários elementos essenciais para criar essas sinergias ainda não existiam no período de 2014-2020. A Comissão Europeia não coopera muito com as autoridades que gerem as verbas nos países da UE e estas autoridades trabalham muitas vezes em capelinhas, o que as impede de utilizar o financiamento de forma complementar. Por isso, a execução e o impacto dos investimentos em investigação e inovação (I&I) são prejudicados, tal como os esforços para eliminar o fosso que existe neste domínio entre os países da Europa.

Entre 2014 e 2020, a UE dedicou 12% do seu orçamento à I&I – mais do que alguma vez no passado. Foram 76,4 mil milhões de euros do Horizonte 2020 e quase 41 mil milhões de euros dos FEEI. O TCE verificou se a Comissão e as autoridades nacionais fizeram o necessário para criar sinergias entre os diferentes fundos, a fim de garantir que juntos tinham mais efeito do que separados.

Conselho Europeu de Investigação atribui 636 milhões de euros em bolsas a talentos científicos emergentes em toda a Europa

Quatrocentos e oito investigadores [ganharam](#) as Bolsas Iniciais deste ano do Conselho Europeu de Investigação (ERC). O financiamento totaliza 636 milhões de euros e faz parte do programa Horizonte Europa. Ajudará excelentes jovens cientistas, com 2 a 7 anos de experiência após o doutoramento, a lançar os seus próprios projetos, formar as suas equipas e a perseguir as suas ideias mais promissoras.

Os investigadores que beneficiam destas bolsas propuseram-se realizar os seus projetos em universidades e centros de investigação em 26 países da Europa, maioritariamente na Alemanha (81 projetos), Reino Unido (70), Holanda (40) e França (39). Há nacionais de 46 países entre os vencedores destas bolsas, com destaque para alemães (70 investigadores), italianos (41), israelitas (30) e holandeses (28). Neste apelo a candidaturas foram apresentadas cerca de 3.000 propostas, que foram analisadas por painéis de renomados investigadores de todo o mundo. As bolsas criarão mais de 2.000 empregos para bolseiros de pós-doutorados, estudantes de doutoramento e outros funcionários das instituições anfitriãs. Poderá [aqui](#) consultar informação adicional.



Instituições

Parlamento Europeu celebra 70 anos: "A voz dos cidadãos e dos valores democráticos"

Os eurodeputados [assinalaram](#), no hemiciclo de Estrasburgo, a criação da Assembleia Comum da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço em 1952, precursora do Parlamento Europeu. A presidente do Parlamento Europeu Roberta Metsola abriu a cerimónia e salientou como, ao longo de 70 anos desde a primeira reunião da Assembleia Comum da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) em 1952, a "Assembleia cresceu de vento em popa".

"O Parlamento Europeu tornou-se o único parlamento transnacional multipartidário, multilingue e eleito por sufrágio direto no mundo. Os seus 705 membros eleitos diretamente são a expressão da opinião pública europeia (...). Hoje, mais do que nunca, esta Assembleia representa a defesa da voz democrática dos cidadãos e dos valores democráticos europeus", afirmou. Após a intervenção de Roberta Metsola, os primeiros-ministros dos três países que acolhem a sede da instituição destacaram o papel do Parlamento Europeu.

O primeiro-ministro da Bélgica afirmou que "o projeto político europeu é atualmente impulsionado por cidadãos visionários, o povo da Europa". Alexander De Croo defende que é pedido à União Europeia uma resposta a crises como a pandemia de Covid-19, a migração e a energia. O Parlamento Europeu "é um dos legisladores mais poderosos do mundo. Hoje, os europeus podem estar orgulhosos do caminho que percorremos juntos." Concluiu: "Esta casa representa a catarse de uma longa história de violência entre os países europeus, representa o que há de melhor em nós, Europeus".

Prolongadas regras que limitam acesso de barcos da UE às águas nacionais

Os eurodeputados [prolongaram](#) as restrições existentes para embarcações da União Europeia que pescam em águas territoriais nacionais de outros Estados-Membros. Os países da União Europeia poderão restringir o acesso de embarcações de pesca de outros Estados-Membros às suas águas territoriais nacionais num raio de 12 milhas náuticas da costa por mais dez anos. O acesso continuará a ser concedido apenas às embarcações que tradicionalmente pescam na zona. Desta forma, os Estados-Membros poderão diminuir a pressão da pesca em algumas áreas e preservar as atividades económicas locais e de pequena escala junto às costas.

Nas Regiões Ultraperiféricas da UE, como Açores e Madeira, o prolongamento das condições existentes aplica-se a um raio de 100 milhas náuticas da costa para embarcações registadas nos portos destas regiões. O Parlamento Europeu apoiou o [acordo](#) alcançado com o Conselho com 608 votos a favor, 14 contra e 9 abstenções. Desta forma, a continuação do atual regime - que reflete vários acordos bilaterais e alterações na sequência da saída do Reino Unido - está assegurada até 1 de janeiro de 2032.



5G nos aviões, Wi-Fi na estrada - Decisão da Comissão abre novas oportunidades para a inovação

As companhias aéreas [poderão](#) fornecer a mais recente tecnologia 5G nos seus aviões, a par das gerações anteriores de tecnologia móvel, à medida que a Comissão atualiza a decisão de execução para as comunicações móveis a bordo das aeronaves, designando certas frequências para a tecnologia 5G em voo. Os passageiros a bordo de voos na UE poderão utilizar os seus telemóveis ao máximo da sua capacidade e características, tal como com uma rede móvel 5G baseada em terra.



Conselho e Parlamento Europeu dão formalmente luz verde ao orçamento da UE para 2023

O [Conselho](#) e o [Parlamento](#) aprovaram o projeto comum do orçamento geral da UE para 2023, acordado previamente em negociações interinstitucionais. A maioria qualificada necessária para a aprovação no Conselho foi alcançada, o que significa que a Instituição deu luz verde ao orçamento da UE para 2023.

As autorizações são compromissos juridicamente vinculativos de afetar fundos a atividades que são executadas ao longo de vários anos. Os pagamentos cobrem as despesas decorrentes de autorizações concedidas durante o exercício em curso ou os exercícios anteriores.

A 14 de novembro, os negociadores do Conselho e do Parlamento chegaram a acordo sobre o orçamento da UE para 2023, dentro do prazo fixado no Tratado. É necessária a aprovação formal do acordo por ambas as instituições. O Parlamento Europeu, por sua vez, aprovou o mesmo no dia 23 de novembro de 2022.

Eurodeputados abrem caminho para novas fontes de receitas da UE

As novas receitas da UE têm por base o Sistema de Comércio de Emissões, o Mecanismo de Ajustamento Carbónico Fronteiriço e o acordo da OCDE/G20 para aplicar um imposto global mínimo sobre os lucros das multinacionais. Os fundos são urgentemente necessários para pagar dívidas dos empréstimos contraídos no âmbito do plano NextGenerationEU. O Parlamento Europeu [abre](#), assim, caminho para a próxima geração de "recursos próprios" da UE, que irá gerar receita para o orçamento europeu. Esta emenda, uma vez adotada pelo Conselho e ratificada por todos os Estados-Membros, introduzirá estas três novas fontes de receita.



Relatório do Comité das Regiões sobre a Comunicação da Comissão Europeia "Dar prioridade às pessoas, garantir o crescimento sustentável e inclusivo, realizar o potencial das regiões ultraperiféricas da UE"

Foi votada na reunião da Comissão da Política de Coesão Territorial e Orçamento da UE (COTER) do Comité das Regiões, que [decorreu em Bruxelas no dia 23 de novembro](#), a [proposta de relatório](#) sobre a Comunicação da Comissão Europeia "Dar prioridade às pessoas, garantir o crescimento sustentável e inclusivo, realizar o potencial das regiões ultraperiféricas da UE", cujo relator é o subsecretário Regional da Presidência do Governo Regional dos Açores, Pedro de Faria e Castro.

O relatório adotado pela Comissão COTER por [unanimidade](#) será submetido a votação na sessão plenária do Comité das Regiões de 8 e 9 de fevereiro de 2023.



Vacinação: confiança regressa aos níveis pré-pandémicos

A Comissão Europeia publicou o [Relatório sobre o Estado da Confiança no Sistema Vacinal na União Europeia em 2022](#). O terceiro deste tipo, este relatório mostra que, em todos os Estados-Membros da UE-27, 81,5% dos inquiridos concordam que as vacinas são importantes, 85,6% concordam que são eficazes e 82,3% concordam que são seguras. Na sequência de flutuações durante a pandemia, as perceções voltaram geralmente aos níveis de 2018. No entanto, as diferenças entre países e tipos de vacinas persistem. Uma comparação da confiança pública entre os maiores de 65 anos e os maiores de 18-34 anos mostra uma crescente "lacuna de confiança na vacina": Os jovens de 18-34 anos de idade tornaram-se menos confiantes entre 2018 e 2022.

União Europeia da Saúde: Comissão garante quase 3,5 milhões de tratamentos contra a COVID-19 através de um contrato de contratação pública conjunta

A [Autoridade de Preparação e Resposta a Emergências Sanitárias](#) (HERA) da Comissão [assinou](#) um contrato-quadro de contratação pública conjunta para o fornecimento de Paxlovid, um tratamento oral inibidor da protease do SARS-CoV-2, para doentes com COVID-19 em risco de desenvolvimento de doença grave. O contrato é assinado com a empresa farmacêutica Pfizer e estará vigente durante um período inicial de 12 meses.

Trze Estados-Membros da UE e do EEE e países candidatos à UE participam nos contratos públicos. Poderão adquirir até 3 427 517 doses de tratamento de cinco dias de comprimidos de Paxlovid, administrados por via oral. O Paxlovid pode ser utilizado para o tratamento da COVID-19 em adultos que não necessitam de oxigénio suplementar e que correm um risco acrescido de agravamento da doença. Prevê-se que o Paxlovid seja eficaz contra as atuais estirpes em circulação e dominantes do vírus.

Plano Europeu de Luta contra o Cancro: entrada em vigor da proibição de produtos de tabaco aquecido aromatizados

A Comissão saudou a entrada em vigor, no passado dia 23 de novembro, da proibição dos produtos de tabaco aquecidos aromatizados. Esta proibição responde ao aumento significativo das vendas destes produtos do tabaco em toda a UE. Ajudará a alcançar o objetivo estabelecido no Plano Europeu de Luta contra o Cancro de criar uma «Geração sem tabaco», em que menos de 5% da população usa tabaco até 2040.

Os Estados-Membros têm agora oito meses para transpor a [Diretiva Delegada \(UE\) 2022/2100 da Comissão de 29 de junho de 2022](#), para a sua legislação nacional. As novas regras entrarão em vigor integralmente a partir de 23 de outubro de 2023, após o término de um período de transição de três meses para esgotar o stock atual de produtos de tabaco aquecido aromatizado.



Comissão desembolsa mais 2,5 mil milhões de euros em assistência macrofinanceira excepcional à Ucrânia

A Comissão Europeia [desembolsou](#) a segunda parcela de 2,5 mil milhões de euros no âmbito da operação de assistência macrofinanceira (AMF) excepcional de 5 mil milhões de euros para a Ucrânia. Esta faz parte de um pacote de AMF, anunciado pela Comissão na sua Comunicação de 18 de maio e aprovado pelo Conselho Europeu de 23 e 24 de junho de 2022.

Com o pagamento, o apoio total da AMF desembolsado à Ucrânia desde o início da guerra da Rússia atingiu os 6,7 mil milhões de euros. Os fundos foram disponibilizados à Ucrânia sob a forma de empréstimos altamente concessionais, com vencimentos a mais longo prazo do que ao abrigo das MFAs regulares. Numa outra expressão de solidariedade, o orçamento da UE irá cobrir os custos dos juros destes empréstimos excecionais da AMF, pelo menos para o atual quadro financeiro plurianual. A terceira e última prestação de 0,5 mil milhões de euros ao abrigo desta operação excepcional de AMF deverá ser desembolsada em dezembro do corrente ano.

Parlamento aprova empréstimo de 18 mil milhões de euros à Ucrânia

Os eurodeputados [aprovaram](#), na passada quinta-feira, um empréstimo de 18 mil milhões de euros à Ucrânia, para enfrentar despesas contraídas no contexto da guerra da Rússia contra o país. A verba irá cobrir cerca de metade do financiamento mensal da Ucrânia para 2023, estimado em 4 mil milhões de euros. De acordo com a [proposta da Comissão Europeia](#), o montante destina-se a assegurar serviços públicos essenciais - como a gestão de hospitais, escolas e realojamentos -, garantir estabilidade macroeconómica e a recuperação de infraestruturas críticas destruídas pela Rússia.

Obtido pela UE nos mercados financeiros, o empréstimo será desembolsado em prestações trimestrais, com a continuidade e previsibilidade que é essencial para manter a Ucrânia a flutuar no meio da guerra. Em troca, as autoridades ucranianas devem promover reformas para reforçar as instituições do país, de modo a prepará-lo tanto para a reconstrução como para a adesão à União Europeia. Revistas pela Comissão antes do pagamento de cada prestação, as condições incluem medidas anticorrupção, reforma

judicial, respeito pelo Estado de direito, boa governação e modernização das instituições. O regulamento foi aprovado por 507 votos a favor, 38 contra e 26 abstenções.

Parlamento Europeu lança campanha «Geradores de Esperança» para ajudar a Ucrânia

A presidente do Parlamento Europeu e o presidente da câmara de Florença e da Eurocidades [deram](#) início à campanha «Geradores de Esperança» para fornecer geradores elétricos à Ucrânia. A presidente do Parlamento Europeu, Roberta Metsola, e Dario Nardella, presidente da câmara de Florença e da Eurocidades – rede com mais de 200 das maiores cidades da Europa – apresentaram, quarta-feira, a iniciativa «Geradores de Esperança». O lançamento contou com a participação e o elogio de Andriy Yermak, chefe de gabinete do presidente ucraniano Volodymyr Zelensky. A campanha apela às cidades para que doem geradores e transformadores de energia para ajudar os ucranianos a enfrentar o inverno rigoroso que se avizinha.

Estes geradores ajudarão a manter em funcionamento as instalações essenciais no país, fornecendo energia a hospitais, escolas, instalações de abastecimento de água, centros de socorro, abrigos, antenas telefónicas, entre outros. Em resultado da guerra da Rússia contra a Ucrânia e dos seus contínuos ataques a infraestruturas civis críticas, que violam o direito internacional e humanitário, mais de metade da rede de eletricidade da Ucrânia foi danificada ou destruída, deixando milhões de ucranianos sem eletricidade.



Tecnologia, informática e comunicações

Publicada proposta de novo regulamento para uma Europa interoperacional, visando serviços públicos mais eficientes, melhorando a cooperação entre as administrações nacionais em matéria de intercâmbio de dados e soluções informática

A Comissão Europeia [adotou](#) a proposta de [Regulamento para uma Europa interoperável](#) e a [comunicação](#) que a acompanha para reforçar a interoperabilidade e a cooperação transfronteiriça no setor público em toda a UE. Este regulamento irá apoiar a criação de uma rede de administrações públicas digitais interligadas e acelerar a transformação digital do setor público europeu. Ajudará a UE e os seus Estados-Membros a prestar melhores serviços públicos aos cidadãos e às empresas, o que constitui um passo fundamental para alcançar os [objetivos digitais da Europa para 2030](#) e promover fluxos de dados fiáveis. Também poupará dinheiro, uma vez que as poupanças resultantes da interoperabilidade transfronteiriça se situam entre 5,5 e 6,3 milhões de euros para os cidadãos e entre 5,7 e 19,2 mil milhões de euros para as empresas que lidam com as administrações públicas.

O [Regulamento para uma Europa Interoperável](#) introduz um quadro de cooperação para as administrações públicas em toda a UE para estabelecer um intercâmbio transfronteiriço seguro de dados e acordar soluções digitais comuns, tais como software de código aberto, diretrizes, listas de verificação, estruturas e ferramentas informáticas. Também lhes permitirá cooperar mais eficazmente, trocar informações e assegurar que os serviços públicos possam ser prestados sem problemas para além das fronteiras, setores e fronteiras organizacionais. Estimulará a inovação no sector público e projetos “GovTech” público e privados.

UE e EIB Global unem esforços para melhorar a conectividade digital com a Vizinhança Meridional

À margem do Fórum Regional da União para o Mediterrâneo (UM) e da reunião ministerial UE-Vizinhança Meridional, a Comissão Europeia [assinou](#) um acordo com o Banco Europeu de Investimento (BEI) que prevê a concessão de uma subvenção da UE no valor de 40 milhões de euros para apoiar a ligação de fibra ótica de alta velocidade no Mediterrâneo, no âmbito do projeto «[MEDUSA](#)», apoiado pelo Plano Económico e de Investimento da UE para os países da Vizinhança Meridional.

Esta contribuição da UE reforçará e garantirá a conectividade, através de um cabo submarino e de ligações terrestres diretas, até aos centros nacionais de investigação e educação da região da Vizinhança Meridional da UE.

O projeto «MEDUSA» consiste na instalação de um cabo submarino de fibra ótica de alta capacidade de ponta, que liga cinco países mediterrânicos da UE (Chipre, França, Itália, Portugal e Espanha) a quatro países da Vizinhança Meridional da UE (Argélia, Egito, Marrocos e Tunísia). Este terá um comprimento total de 7 100 km e incluirá cerca de doze pontos de amarração em nove países da UE e da Vizinhança Meridional. A subvenção de 40 milhões de euros da UE assegurará a conectividade direta de alta velocidade, em especial entre as comunidades de investigação e educação e os utilizadores dos países do Norte de África e da UE através da estação de amarração de Barcelona. O BEI deverá financiar a dívida da infraestrutura com uma contribuição máxima de 100 milhões de euros em empréstimos. A operação continua dependente da aprovação final dos órgãos de administração do BEI.

Novo supercomputador europeu inaugurado em Itália

A Comissão Europeia em conjunto com a [Empresa Comum Europeia de Computação de Alto Desempenho \(EuroHPC JU\)](#), o ministério Italiano das Universidades e Investigação e o consórcio CINECA [inauguraram](#) o mais recente supercomputador europeu: LEONARDO, situado no Tecnopolo de Bolonha, em Itália.

LEONARDO é um sistema de supercomputação, desenvolvido e montado na Europa. Quando estiver totalmente operacional, terá um poder de computação de quase 250 petaflops (250 milhões de cálculos por segundo). LEONARDO é considerado o quarto supercomputador mais potente do mundo. É um investimento conjunto de 120 milhões de euros, metade dos quais provém da Comissão e a outra metade do ministério Italiano das Universidades e Investigação e do consórcio CINECA constituído por mais cinco países EuroHPC participantes (Áustria, Grécia, Hungria, Eslováquia e Eslovénia).

Mais no Parlamento Europeu...

Calendário para [2022](#) e [2023](#).



Em aberto



Procura emprego nas Instituições Europeias?

No [EU Careers](#) encontrará informações e sugestões sobre as oportunidades de emprego junto das [instituições europeias](#)! A União Europeia ajuda-o a encontrar emprego no [#EUandMe](#)! Oportunidades: [Agência da União Europeia para a Cibersegurança](#).



Seis Passos para iniciar uma carreira profissional no estrangeiro

O [Portal Europeu da Mobilidade Profissional](#) publicou um artigo onde explica os [seis passos](#) para os jovens iniciarem a sua carreira profissional no estrangeiro.



Procura emprego na área de Assuntos Europeus em Bruxelas?

No [Trusted Jobs](#) encontrará oportunidades de emprego na área de assuntos europeus em Bruxelas!



Estágios

[Nesta página dedicada](#) poderá encontrar propostas de estágios nas instituições europeias e órgãos consultivos das instituições.



Procura emprego na Europa?

Procura trabalho no setor público ou privado Europeu e particularmente em Bruxelas? O [EuroBrussels](#) é um dos bons sítios internet para o começar a fazer.



Agência Europeia de Defesa está à procura de estagiários em diversas áreas

A Agência Europeia de Defesa tem abertas candidaturas para estágios em diversas áreas até ao próximo dia 12 de abril. Informações em detalhe [aqui](#).



Banco Europeu de Investimento tem diversas vagas para Traineeship & Grad Programmes

O BEI, sediado no Luxemburgo, divulga regularmente vagas na instituição. Pode consultar as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



Operação naval europeia IRINI abre estágios para os interessados em Política de Defesa

Estão abertas candidaturas para estagiar na operação naval europeia IRINI, destinada a controlar o embargo de armas em direção à Líbia. Os estágios têm a duração de quatro meses, renováveis por igual período. Mais informações e candidaturas [aqui](#).



Empregos e estágios através do Centro de Informação Europeia Jacques Delors

Verifique [aqui](#) as oportunidades de emprego divulgadas pelo Centro de Informação Europeia Jacques Delors.



Agência Espacial Europeia

Explore as vagas de emprego da ESA. Se é um profissional experiente, um graduado ou um estudante, descubra o impacto que você pode fazer com uma carreira na Agência Espacial Europeia. Use a [ferramenta de procura de vagas](#) da Agência Espacial Europeia. Até 10 de dezembro, a Agência Espacial Europeia tem abertas candidaturas para o seu programa de estágios 2021, direcionado a estudantes com a duração de 6 meses, em regime de teletrabalho, devido à pandemia. Poderá encontrar mais informações sobre as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



IFREMER

O Instituto Francês para a Exploração do Mar (IFREMER) tem vagas para os diversos níveis de estudo dos recursos marinhos. Detalhes na [base de dados](#) dedicada deste instituto.



Corpo Europeu de Solidariedade

O [Corpo Europeu de Solidariedade](#) é a nova iniciativa da União Europeia dirigida aos jovens, dando-lhes a oportunidade de fazer voluntariado ou de trabalhar em [projetos](#), no próprio país ou no estrangeiro, em benefício de pessoas e comunidades de toda a Europa. Aos 17 anos já te podes inscrever no Corpo Europeu de Solidariedade, mas só podes participar num projeto depois de fazeres 18 anos. A participação nos projetos do Corpo Europeu de Solidariedade está aberta aos jovens até aos 30 anos de idade. Depois de se inscreverem, os participantes no Corpo Europeu de Solidariedade podem ser selecionados e convidados a integrar uma vasta gama de projetos, relacionados, por exemplo, com a prevenção das catástrofes naturais ou a reconstrução na sequência de catástrofes deste tipo, a assistência em centros de requerentes de asilo ou a resposta a outras questões sociais a nível da comunidade. Inscrições [aqui](#).



Açorianos no Mundo

“Açorianos no Mundo” é uma plataforma *online*, que vai permitir a todos os açorianos por nascimento, ascendência, afinidade (casamento/união de facto), que tenham residido nos Açores por um período mínimo de cinco anos, e que se encontram a residir fora da Região Autónoma dos Açores, uma maior proximidade com o arquipélago e, conseqüentemente, uma efetiva participação no futuro dos Açores, através da adesão ao processo eleitoral para a escolha dos representantes das suas comunidades, que, posteriormente, integrarão o Conselho da Diáspora Açoriana (CDA). Registe-se [aqui](#).



Produtos alimentares Açorianos em Bruxelas

Pode encontrar produtos alimentares açorianos em Bruxelas, nas seguintes lojas: [Casa Portuguesa](#), [Lusoloja](#) e [Mercado Português](#).



Viver em Bruxelas

Ligações formais e não formais, mas utilizadas por quem procura casa temporária em Bruxelas: [Bxl à Louer - de bouche à oreille \(II\)](#), [BRUXELLES: Location appartement, Colocation, Sous-location chambre à louer](#), [Colocation Bruxelles](#), [Immoweb](#), e [Logic-immo](#). E muito mais: [Xpatris](#).

O [Gabinete dos Açores em Bruxelas](#) tem soluções para a realização de reuniões, acompanhamento temático, interpretação, alojamento e muito mais. [Contacte-nos!](#)



O que é o AZ@BXL?

O AZ@BXL é um boletim informativo constituído por uma seleção de notícias compiladas a partir de Bruxelas e consideradas relevantes no contexto da Região Autónoma dos Açores. É também noticiada a atividade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. A prospeção, seleção, adaptação e apresentação das notícias é da responsabilidade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. O boletim está redigido em português, no entanto, as notícias apontadas estão redigidas no idioma original, o que inclui também o inglês, o francês e o castelhano. As imagens utilizadas pertencem ao domínio público, ao Gabinete dos Açores em Bruxelas, ao [SIARAM](#) ou constam das notícias apontadas. Este boletim não tem periodicidade fixa, sendo preferencialmente distribuído às sextas-feiras.

Legenda: Título da notícia a vermelho, nova notícia; Notícia já exposta no número anterior, **título da notícia a verde**; A notícia herdada do número anterior, mas com alterações, **título da notícia em cor-de-laranja**. Este boletim informativo está otimizado para sistemas Microsoft.

Legenda:



Lista de Siglas, Acrónimos e Abreviaturas:

| AECT – [Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial](#) | AESA – [Agência da UE para a Segurança Aérea](#) | BCE – [Banco Central Europeu](#) | BEI – [Banco Europeu de Investimento](#) | CE – [Comissão Europeia](#) | CEO – [Chief Executive Officer](#) | CESE – [Comité Económico e Social Europeu](#) | CoR- [Comité das Regiões](#) | CPLP – [Comunidade dos Países de Língua Portuguesa](#) | CRPM – [Conferência das Regiões Periféricas Marítimas](#) | EBA – [Autoridade Bancária Europeia](#) | EBCD – [European Bureau for Conservation and Development](#) | EEE – [Espaço Económico Europeu](#) | EIT - [Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia](#) | EMA – [Agência Médica Europeia](#) | EMB – [European Marine Board](#) | EMSA – [Agência Europeia de Segurança Marítima](#) | ERC – [Conselho Europeu de Investigação](#) | ESA – [Agência Espacial Europeia](#) | EUA – [Estados Unidos da América do Norte](#) | FEADER – [Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural](#) | FEAGA – [Fundo Europeu Agrícola de Garantia](#) | FEI – [Fundo Europeu de Investimento](#) | FEIE – [Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos](#) | GEE – [Gases com Efeito de Estufa](#) | GPS – [Sistema de Posicionamento Global dos EUA](#) | IA – [Inteligência Artificial](#) | ICCAT – [Comissão Internacional para a Conservação do Atum do Atlântico](#) | IMO – [Organização Marítima Internacional](#) | JRC – [Centro de Pesquisa](#)

[Conjunto da CE](#) | [OCM – Organização Comum dos Mercados Agrícolas](#) | [ODS – Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável da ONU](#) | [OMC – Organização Mundial do Comércio](#) | [OMS – Organização Mundial de Saúde](#) | [ONU – Organização das Nações Unidas](#) | [PAC – Política Agrícola Comum da UE](#) | [PE – Parlamento Europeu](#) | [PES – Partido Socialista Europeu](#) | [PME – Pequenas e médias empresas](#) | [PPE – Partido Popular Europeu](#) e [PPE no PE](#) | [Q&A – Perguntas e Respostas](#) | [QFP – Quadro Financeiro Plurianual da UE](#) | [RIS – Regional Innovation Scoreboard](#) | [RUP – Regiões Ultraperiféricas da União Europeia](#), de acordo com o artigo 349 do TFUE | [S&D – Aliança Progressiva dos Socialistas e Democratas](#) (inclui o PES no PE) | [UE – União Europeia](#) | [TCE – Tribunal de Contas Europeu](#) | [TFUE – Tratado sobre o Funcionamento da UE](#) | [TJUE – Tribunal de Justiça da UE](#) |

Autoria:

Estrutura de Missão para a Instalação do Gabinete da Região Autónoma dos Açores em Bruxelas

Aceitam-se [sugestões!](#)



[Quero receber este boletim \(envie-nos o seu email\)](#) – [Quero deixar de receber este boletim](#)

Conheça a nossa **Política de Privacidade** – [PT](#) e [EN](#)

Consulte os [números anteriores](#)

Saiba mais sobre o [Gabinete dos Açores em Bruxelas](#)

gabinetebruxelas@azores.gov.pt | [@AzoresEUoffice](#) | [Google Maps](#)

Não imprima esta newsletter. O Ambiente agradece!